Revista de Sistematização

FASE Bahia

Expediente

Esta publicação é parte do "Projeto Fortalecimento da capacidade de geração de renda e da integração socioeconômica de agricultores familiares", apoiado pela União Europeia, Contrato nº DCI-NSAPVD/2014/337-711 ; executado entre 01/02/2015 e 30/06/2018.
Sua elaboração e conteúdo são de inteira responsabilidade da FASE Bahia, não podendo, em caso algum, considerar que reflita a posição da União Europeia.

Equipe da FASE Bahia:

Coordenador Executivo: Paulo Roberto Demeter
Coordenador Técnico: Fernando Ferreira Oiticica
Educadores Técnicos: Rosélia Batista de Melo; Veronice Santos de Souza; Nadilton Almeida de Andrade
Educador Sênior: José Orlando Caldas Falcão
Coordenadora Administrativa e Financeira: Joelma Araujo da Cunha
Auxiliar Administrativa: Katiuscia da Silva Santos

Entidades parceiras da FASE Bahia que contribuíram para a execução desta experiência

Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Presidente Tancredo Neves
Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Laje
Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Mutuípe
Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de São Miguel das Matas
Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Jiquiriçá
Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Ubaíra
Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Teolândia
Central de Associações da Agricultura Familiar de Valença- CAAF
Pólo Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Região de Amargosa
FETRAF Bahia

FASE Bahia

Endereço da sede em Salvador

Rua General Labatut, 78 – Barris - CEP 40070-100 – SALVADOR – BA - Telefone: (71) 3328-1083.

fase@fase.org.br – www.fase.org.br

Escritório em Mutuípe - Ba.

Rua Santo Antonio, 26, Bairro Santo Antonio. Mutuípe-BA - CEP: 45.480-000

Escritório em Presidente Tancredo Neves – Ba.

R Eugênio Wenceslau Santos, 68 - Centro - Presidente Tancredo Neves, BA - CEP: 45416-000

Um pouco da história da FASE

A FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, de caráter educacional, beneficente, e de assistência social que atua em 6 estados, e tem sede no Rio de Janeiro. Desde suas origens esteve comprometida com o trabalho de organização popular e desenvolvimento local. Nos anos 1960, a FASE lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe de 1964 fez com que estes rumos tivessem de ser redefinidos. A resistência à ditadura, e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários passaram a ser o foco principal da FASE. Na década de 1970, apoiou lutas populares que enfrentaram a carestia, o trabalho infantil, e as desigualdades econômicas e sociais. Teve grande presença junto ao campesinato no norte do Brasil, com trabalhadores rurais do nordeste, operários da construção civil e metalúrgicos do sudeste, e com associações de moradores de norte a sul do país. Formando centenas de lideranças, e apoiando-as em suas reivindicações, a FASE chegou aos anos 1980 participando de todo o processo de fortalecimento da organização e das lutas populares que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas. Para aprofundar a transição democrática nos anos 1980 e 90, a FASE qualificou ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle social e a participação da cidadania na promoção e defesa de direitos, e no âmbito das políticas públicas. O tema do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, a luta pela ação afirmativa de movimentos sociais de mulheres, afrodescendentes e indígenas, bem como, a ação pela exigibilidade em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, vêm marcando sua atuação nas lutas contra as desigualdades.

Neste Século XXI, a FASE tem atuação local, nacional e internacional, integrando redes, fóruns e plataformas, sempre visando derrotar políticas de caráter neoliberal.

Missão

A missão da FASE é contribuir para a construção de uma sociedade democrática e atuante em favor de alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente, com justiça ambiental e universalização de direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos, como condições iniciais para a inclusão de grande parcela da população do país ainda em condições de desigualdade, pobreza e discriminação.

Objetivos

Avançar na construção de um campo político crítico ao projeto desenvolvimentista dominante, de modo a contribuir na disputa coletiva por um Brasil fundado na democracia substantiva e na sustentabilidade sócio-ambiental.

Causas

O plano trienal 2017-2019 organiza a atuação da FASE a partir de 4 causas visando maior integração entre as equipes, e uma leitura mais global das questões e impasses gerados pelo modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. Essas Causas são: Direito à Cidade com Justiça Socioambiental; Promoção da Soberania, da Segurança Alimentar e Nutricional e da Agroecologia; Promoção da Justiça Ambiental, defesa dos Bens Comuns e dos direitos territoriais; e Organização de mulheres como sujeitos de direitos.

Sumário

Apresentação 3

O desafio da geração de renda na Agricultura Familiar 4

Planejando a intervenção educativa da FASE Bahia 8

Definindo atividades em função de resultados previstos 12

Passos essenciais na construção deste projeto 14

Atividades e Resultados 16

Experiências construídas 29

- Cooperativismo 29
- Diversificação e geração de renda 32
- Controle Social em Políticas Públicas 34
- Agregação de valor 37
- Fundos Rotativos Solidários 39
- A consolidação como agricultor familiar 42
- Qualificando a Sociedade Civil para disputar políticas públicas 44
- Agricultora experimentadora 47
- Superando distâncias na comercialização 49
- Mutirões do Grupo de Mulheres de Duas Barras do Fojo 51
- Construindo novas alternativas 53
- Evoluindo com firmeza 55
- Reforçando a Segurança Alimentar e Nutricional 57

Conclusões e Encaminhamentos 58

Apresentação

A FASE Bahia, estabelecida em Itabuna em 1986, para contribuir com a organização sindical dos trabalhadores rurais assalariados do cacau, aprofunda sua atuação com a Agricultura Familiar em 1998, transferindo gradualmente suas ações para os territórios do Baixo Sul, e Vale do Jiquiriçá.

Nestes 20 anos, a FASE Bahia contribuiu para o fortalecimento da Agricultura Familiar enquanto sujeito de direitos, ator político, e alternativa de desenvolvimento, sendo expressão da vontade institucional da FASE em se somar às demais entidades e movimentos sociais populares comprometidos com a promoção da agroecologia, enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas, de gênero e geração.

Nesta revista, a FASE Bahia sistematiza a concepção que orientou a decisão de disputar o Edital EuropeAid/134-987/L/ACT/BR, e a elaboração do projeto "Fortalecimento da capacidade de geração de renda e da integração socioeconômica de agricultores familiares" iniciada em 2013, e finalizada em julho de 2014. O projeto foi aprovado em novembro de 2014, e sua execução iniciou-se em 01/02/2015, encerrando-se em 30/06/2018.

Nestes 42 meses de atuação, a FASE Bahia e seus parceiros se guiaram pela busca de resultados preconizados no planejamento feito, com a flexibilidade necessária para enfrentar um momento histórico permeado por crises políticas, sociais, e econômicas expressivas, cujos desfechos e consequências ainda são incógnitas, no momento em que se redigem estas páginas.

Reconhecemos a importância da continuidade da parceria com os SINTRAF's, associações, a Coopeípe, e o Pólo Sindical, para a execução deste projeto.

É fundamental reconhecer a contribuição significativa de Aline Santos de Sousa; José Henrique Ramos Santos; Maiane Nascimento de Sousa; Maria Helena da Silva Machado; e Silvanei Barbosa dos Santos; técnicos contratados pelo SASOP e que atuaram em parceria com a FASE nos territórios.

Esta revista procura dar voz aos protagonistas da experiência, as centenas de mulheres, homens e jovens agricultores familiares de 8 municípios da Bahia, diretamente alcançados pela intervenção educativa da FASE. Busca-se esclarecer como se construíram condições mais favoráveis ao fortalecimento da organização associativa e cooperativista das 600 famílias agricultoras envolvidas, e sua relação com a ampliação das alternativas de geração de renda. Tenta-se registrar passos da assessoria técnica que reconhece e valoriza o saber e a trajetória das famílias agricultoras. Identificam-se passos concretos que foram dados para viabilizar ambientes produtivos mais sustentáveis, e relações de gênero e de geração mais equitativas e menos excludentes.

Estes anos de trabalho da FASE Bahia e de seus parceiros, são mais um passo de uma trajetória institucional que se pretende continuar, agora incorporando os erros e acertos que esta sistematização possibilita conhecer.

Para tanto, as críticas e sugestões dos leitores são fundamentais.

Ficamos aguardando comentários e sugestões, pois temos em comum o objetivo de construir uma sociedade mais justa e solidária.

Boa leitura!

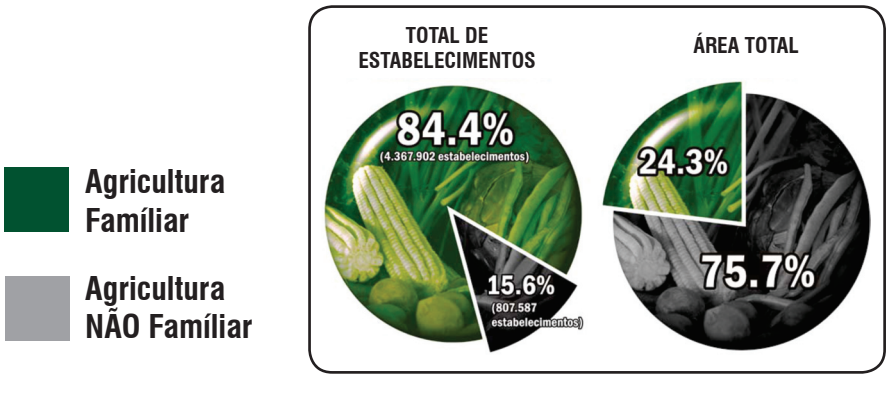
O desafio da geração de renda na Agricultura Familiar

A atuação da FASE Bahia com a Agricultura Familiar, vinha se intensificando desde 1998, e foi esta trajetória, orientada pelos pressupostos político metodológicos institucionais; pela observação atenta da evolução da conjuntura política, da situação econômica, e do contexto sócio ambiental; aliada às interações com a CUT Rural, e depois com a FETRAF Bahia que viabilizaram a construção de diagnósticos, capazes de identificar os problemas enfrentados pelas famílias agricultoras nas áreas de intervenção da FASE, e de dar pistas sobre definições de prioridades para reposicionar nossas ações.

Constata-se que a desigualdade se impõe na sociedade brasileira, e vem acompanhada pela busca incessante dos setores dominantes em manter seus privilégios. A insuficiência organizacional das camadas populares, contribui para a ausência de condições de exercício da autonomia na definição de um projeto de desenvolvimento socialmente includente, ambientalmente sustentável, e economicamente viável.

É preciso criar e ampliar condições para que os setores mais prejudicados por esta situação de desigualdade, reúnam forças para seu enfrentamento. Percebe-se que a população é atingida pela desigualdade de maneira diferenciada, o que exige ações específicas para cada grupo ou situação.

A Agricultura Familiar[1] é emblemática desta situação de desigualdade. Engloba 85,2% do total de estabelecimentos rurais (4.139.369), mas ocupa apenas 30,5% (107,8 milhões de hectares) da área total, sendo responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) e por 70% dos alimentos consumidos por brasileiros. Mesmo gerando um VPB de R$ 677,00 por ha, que é 99% superior ao gerado pela agricultura patronal (R$ 358,00), a agricultura familiar recebeu apenas 25,3% do financiamento destinado ao campo. Para a safra 2012/2013, o Governo reservou R$ 115,25 bilhões em crédito para grandes produtores e apenas R$ 17,95 bilhões para a agricultura familiar[2].



[1] O conceito de agricultor familiar está previsto na Lei 11.326/2006.
[2] Conforme consta em MAPA. Plano Agrícola e Pecuário 2012 / 2013. Brasília. DF. 2012. Esta desproporção se manteve nos anos seguintes. Em 2016, o financiamento público foi 240 bilhões para o agronegócio e 32 bilhões para a agricultura familiar. No período 2017/18, com os cortes orçamentários, o Plano Safra da Agricultura Familiar é de R$ 30 bilhões, enquanto que para a agricultura patronal os recursos governamentais são da ordem de R$ 190 bilhões.

Na Bahia, localizam-se 15% dos estabelecimentos familiares do país. Dos 761.528 estabelecimentos existentes, 665.831 (87,43%) foram classificados como familiares, ocupando apenas 34,11% da área, contudo garantindo 80,9% das ocupações (1.881.811 pessoas). Enquanto a Agricultura Familiar na Bahia gera trabalho e renda para 18,9 pessoas a cada 100 hectares que ocupa, a agricultura empresarial gera apenas 2,3 empregos. Apesar disso, somente 49.597 das propriedades familiares (7,44%), recebiam algum tipo de financiamento[3]. A Agricultura Familiar responde por 76% da população economicamente ativa no campo. Mais de 60% das famílias não têm documentação definitiva de titulariedade da terra em que vivem e trabalham, e 57,3% das famílias agricultoras têm áreas de terra menores do que 10 ha, cada uma. Dados do IBGE revelam que 73% das famílias têm renda bruta anual menor do que R$ 6.000,00 e 46% das famílias são classificadas como pobres, pois têm renda per capita menor do que R$ 140,00 mensais; e 18% delas são identificadas como extremamente pobres, pois sequer conseguem alcançar R$ 70,00 per capita / mês[4] .

A grande maioria das famílias agricultoras, nos municípios onde a FASE Bahia atua[5] , vive em situação de pobreza e vulnerabilidade social, caracterizadas pela pouca disponibilidade de terra para produção; baixa renda; insuficiência de alternativas de comercialização; falta de acesso à informação, à assistência técnica, e ao conhecimento científico; organicidade reduzida; e dificuldade na obtenção e usufruto de bens e serviços que deveriam ser provisionados por políticas públicas.

Inseridos no bioma da Mata Atlântica, os municípios de Teolândia, Presidente Tancredo Neves, Valença, Laje, São Miguel das Matas, Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra totalizaram 215.368 habitantes em 2010, e 48% vivem na área rural, majoritariamente como agricultores familiares. São municípios com densidades demográficas inferiores a 100 hab/km^2. A incidência da pobreza se revela pela existência, em 2010, de 48,35% dos domicílios com renda mensal inferior ao valor de 1 Salário Mínimo. 55,33% das famílias eram cadastradas no Programa Bolsa Família, e 45,63% recebiam o benefício, pois tinham renda per capita mensal inferir à R$ 137,00 naquele ano. O Censo de 2006, revela que o tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários nesses 8 municípios é de 11,95 ha., mas nas unidades chefiadas por mulheres cai para 6,72 ha. A minifundiarização vem avançando[6] e o acesso à terra, em quantidade suficiente, é um dos problemas mais prementes[7].

[3] M.P.O.G. – IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar Primeiros Resultados Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.
[4] Dados compilados pelo FBAF – Fórum Baiano da Agricultura Familiar, a partir dos Censos Demográficos 2010; e Agropecuário 2006 - IBGE. O documento foi apresentado pelo FBAF ao Governo da Bahia, em março de 2012.
[5] O contexto aqui descrito foi identificado ao longo de vários anos, desde 1998, e sistematizado em 2013, para redação do projeto remetido à UE. No momento da redação desta sistematização (maio e junho de 2018), pode-se mencionar que suas principais características ainda permanecem.
[6] A área média dos estabelecimentos familiares no Brasil, era de 18,37 ha., e a dos não familiares 308,9 ha. IBGE.
[7] O módulo fiscal no Baixo Sul é 20 ha., e no Vale do Jiquiriçá é 35 ha. A média aritmética das propriedades existentes nos 8 municípios, é inferior à área estabelecida para apenas 1 módulo fiscal. Pela legislação as propriedades familiares podem ter áreas de 1 a 4 módulos fiscais. A quase totalidade dos estabelecimentos familiares nos 8 municípios tem área inferior ao limite mínimo de 1 módulo fiscal. São minifúndios.

Neste contexto, de bloqueios generalizados às oportunidades de geração de renda, as mulheres são particularmente atingidas por obstáculos relacionados à violação de seus direitos, determinados pela sua condição feminina. Trata-se da violência doméstica, da inexistência ou ineficácia de políticas públicas de proteção à pessoa e de assistência à saúde, e do reconhecimento da importância do seu trabalho na unidade familiar.

O debate feito na FASE, e da FASE com seus parceiros dos movimentos sociais, populares, e sindicais; mediado pela experimentação prática de diferentes alternativas de convivência, enfrentamento, e superação das dificuldades encontradas, resultou na constante atualização deste diagnóstico.

Agricultores com falta de terras para continuidade da atividade produtiva, na Comunidade de Tabuleiro da Santa, de São Miguel das Matas, em visita ao Assentamento Força Jovem, de Ubaíra, em 2018. A visita, assessorada pela FASE, foi para analisarem possibilidades de se integrarem à experiência. Observa-se que no assentamento existem várias casas e muita vegetação nos quintais, enquanto que o entorno do assentamento, ocupado por fazendeiros, é composto de grandes extensões de pastos, a maioria degradados.

O objetivo é contribuir para a redução da pobreza e para a melhoria das condições de vida de agricultores e agricultoras familiares

A decisão de disputar novos financiamentos para possibilitar a continuidade, sempre atualizada, da intervenção educativa da FASE Bahia no Baixo Sul, e no Vale do Jiquiriçá, decorre também da compreensão deste diagnóstico.

Aflora como prioridade, contribuir para a qualificação sócio técnica de parcelas crescentes dessas famílias agricultoras, viabilizando sua transição para sistemas produtivos de base agroecológica, favorecendo sua evolução para assumir parcelas crescentes no beneficiamento e agroindustrialização da produção.

Isto vai permitir maior geração de renda não-monetária (com a produção de alimentos variados para auto consumo); ampliar a renda monetária (por meio da venda de excedentes nos mercados locais, da agregação de valor aos produtos, e pela disponibilidade de produtos com maior tempo de comercialização).

Estas ações cooperam para a sustentabilida-

de da produção, pois a diversificação propicia um melhor aproveitamento da área disponível, e consequentemente soma para soerguer as condições de vida das famílias envolvidas.

Quando a UE[8] publica o edital, a FASE Bahia já estava concentrando sua atuação em 8 municípios do Baixo Sul, e do Vale do Jiquiriçá, desenvolvendo ações consagradas à busca de alternativas de geração de renda de famílias agricultoras, baseadas no fortalecimento da organização associativa, sindical, e cooperativista; no acesso a direitos sociais via políticas públicas; na construção e socialização de conhecimentos e práticas agroecológicas; e na redução das desigualdades de gênero e geração, com ações de inclusão social e econômica de mulheres e de jovens.

Localização dos territórios onde a FASE atua

Brasil

Bahia

Fonte: Bahia, 2012; SEI, 2013.

[8] Delegação da União Europeia no Brasil. Edital EuropeAid/134-987/L/ACT/BR. 02/092013.

Planejando a intervenção educativa da FASE Bahia

Várias razões convergiram para consolidar a decisão da FASE Bahia de perseverar em sua intervenção comprometida com o fortalecimento da Agricultura Familiar.

Enquanto **alternativa de desenvolvimento**, a Agricultura Familiar é uma possibilidade concreta que se contrapõe ao agronegócio. O apoio ao fortalecimento da Agricultura Familiar é, portanto, uma opção essencial para se somar ao enfrentamento das desigualdades que assolam a sociedade brasileira.

Já há várias décadas, se verifica enorme apoio estatal[9] ao modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio que prioriza a exportação, centrado em grandes extensões de terra, monoculturas, e utilização intensiva de maquinários movidos a combustíveis fósseis, de agrotóxicos e de fertilizantes químicos.

Apesar do contexto vigente de minifundiarização na região, a FASE entende que construir condições propícias à continuidade da existência, e à promoção da qualidade de vida de comunidades de famílias agricultoras, são importantes para evitar uma concentração ainda maior da propriedade da terra, e a preservação de privilégios, e do poder político nas mãos de poucos. É, portanto, uma maneira de contribuir para a ampliação da democracia.

A existência renovada de agricultores familiares, alcançando padrões dignos de vida e de trabalho, é, também, um elemento importante na disputa por formas de convivência mais adequadas ao bioma da Mata Atlântica.

As áreas ocupadas por agricultores familiares têm relevo bem ondulado, o que obriga a instalação de culturas em encostas. Predominam lavouras de banana, cacau, mandioca. É comum a existência de várias casas em uma mesma propriedade familiar. Quintais produtivos, hortas, e criatório de pequenos animais se situam nas proximidades das casas e geralmente são conduzidos por mulheres.

[9]Através da concessão de isenções tributárias e benefícios fiscais; de crédito subsidiado; de renegociações periódicas de dívidas bancárias que passam a ser assumidas pelo Tesouro Nacional; de anistias de dívidas patronais com a Previdência Social; da flexibilização da legislação ambiental e anulação de multas devidas por violação desta mesma legislação; e com os retrocessos da legislação trabalhista, sempre em favor de empregadores. Vide Lei 13.606 de 09/01/2018. Registre-se ainda a construção, manutenção e funcionamento, com recursos públicos, de obras e equipamentos de infra estrutura, especificamente para atender a interesses diretos do agronegócio empresarial (ferrovias, hidrovias, portos, terminais de carga, perímetros irrigados, estradas).

O saber tradicional de famílias agricultoras, aliado à necessidade de criar, experimentar, e melhorar métodos de cultivo e de criação animal, capazes de aumentar a produção, sem exigir a ampliação da área ocupada, e sem depredar recursos naturais, favorecem a adoção de práticas agroecológicas pela Agricultura Familiar.

A opção pela diversificação de plantios; integração entre plantios e criação de pequenos animais; a implantação progressiva de áreas com SAF's – Sistemas Agroflorestais; a busca por métodos mais racionais e sustentáveis de utilização da água e de recursos naturais existentes nas propriedades familiares, vão se somando e resultam na cristalização de sistemas de produção que assumem o papel de contraponto ao modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio, fortemente apoiado pelo governo[10].

Onde a Agricultura Familiar tem possibilidades concretas de usufruir de assessoria técnica agroecológica; de apoio creditício; de suporte à comercialização e agroindustrialização de sua produção; o espaço e seus recursos naturais são melhor aproveitados, e se criam condições mais favoráveis à sustentabilidade social, ambiental, econômica, e cultural.

A valorização do auto consumo pelas famílias, com o reconhecimento da importância da geração de renda não monetária, diminui em parte, a pressão pela busca de ocupações assalariadas fora da propriedade familiar. Em algumas situações, pode até resultar em maior poder de barganha para trabalhadores reivindicarem salários melhores nas fazendas da região. Com maior geração de oportunidades de renda locais, a população pode resistir melhor aos processos causadores de êxodo rural.

A produção aumentada e mais diversificada abastece mercados locais em circuitos curtos de produção e comercialização, dinamizando economias dos municípios e reduzindo custos ambientais com transporte e armazenamento. Avanços nas etapas de agregação de valor e agroindustrialização possibilitam melhores condições de superar oscilações de preços, e conferem maior previsibilidade no planejamento da produção e da busca por alternativas de comercialização

Em 2015, durante a IIª Caravana Agroecológica e Cultural da Bahia, promovida pela AABA, visitaram-se experiências assessoradas pela FASE, como esta horta familiar existente na Comunidade do Km 17, em Laje. A produção é comercializada na própria comunidade, no PNAE, PAA, e com estabelecimentos comerciais situados nas proximidades.

A **Agricultura Familiar como sujeito de direitos, e ator político** merece a atenção da intervenção educativa da FASE, porque representa parcelas muito significativas da população do Baixo Sul, e do Vale do Jiquiriçá, com forte importância

[10] A partir de 2016, com a entronização do governo federal oriundo do golpe parlamentar, jurídico e midiático, uma série de medidas legislativas redimensionou dívidas tributárias e previdenciárias do agronegócio; e liberalizou para pior a legislação trabalhista. São todas medidas que reduzem custos empresariais, às expensas do erário público, do meio ambiente, e da saúde e expectativa de vida da população.

na economia regional, sem a correspondente e devida participação na repartição dos frutos gerados pelo seu trabalho.

Devido aos processos de formação histórica incidentes nesta parte da Bahia, as experiências de organização popular são recentes e ainda tem de acumular muita força para mudar o padrão tradicional de dominação política exercida pelos representantes do poder econômico.

Os orçamentos públicos municipais não priorizam o atendimento das necessidades destas parcelas da população identificadas como Agricultura Familiar, apesar de se constituírem em maiorias, tanto do ponto de vista de contingentes demográficos, como por sua relevância para a economia destes municípios.

A arrecadação de impostos é fortemente influenciada pelo desempenho econômico da Agricultura Familiar, seja pela capacidade de consumo das famílias, quando conseguem preços razoáveis na comercialização de suas colheitas, seja como produtores de gêneros cuja circulação gera tributos e movimenta as economias locais.

Grupo de Mulheres fazendo a colheita em roçado de amendoim. Observa-se a existência de outras culturas e a declividade acentuada do terreno, característica do contexto regional.

As famílias agricultoras são maioria demográfica nos 8 municípios, mas não se constituíram em maioria política, capaz de definir os rumos das decisões que caracterizam a vida econômica, social e política. Por isso tem de ir qualificando sua organização, em várias dimensões, para evitarem retrocessos em direitos já conquistados e constantemente ameaçados, e para poderem continuar a exercer ações em defesa de seus direitos, e pela conquista de reivindicações.

Agricultores e agricultoras familiares estão organizados nas associações comunitárias, nos sindicatos de base municipal – SINTRAF's, e regionalmente no Polo Sindical. Se reconhecem como integrantes da FETRAF e da CUT. Organizaram várias manifestações contra a retirada de direitos e retrocessos nas políticas públicas e programas governamentais, como esta realizada em Laje, contra as "Reformas" Trabalhista, e da Previdência.

Sua organização comunitária, sindical, e cooperativista, reconhecendo e valorizando identidades e condições específicas e diferenciadas, como a das mulheres, e dos jovens, tem de ser apoiada para ampliar suas possibilidades de intervir nas arenas de disputas em torno de concepções, conteúdos, e formas de funcionamento de políticas públicas de interesse da Agricultura Familiar, e capazes de influenciar a qualidade de vida das pessoas.

A Agricultura Familiar tem demonstrando capacidade de gerar trabalho e renda, apesar da pouca terra disponível, e da insuficiência ou inexistência de políticas públicas de qualidade. Mas

isto só pode se manter, e se ampliar em termos de volume e qualidade, com apoio governamental. Recursos públicos tem de ser canalizados para a Agricultura Familiar.

Mais e melhores políticas públicas tem de ser implementadas, disponibilizando bens e serviços essenciais à qualidade de vida das pessoas que vivem e trabalham no campo. Programas governamentais de apoio à Agricultura Familiar tem de ser propostos e implementados, considerando o desequilíbrio estrutural causado por um passado escravista, pela ausência de democratização no acesso à propriedade e uso da terra, pelo favorecimento indevido ao agronegócio, e pelo abandono a que foram relegadas as comunidades de agricultores que conseguiram se manter trabalhando na terra, ao longo de nossa história.

Daí a necessidade permanente de melhorar e adequar as várias formas de organização criadas por décadas de lutas populares. Daí a preocupação em não separar os componentes políticos e econômicos na intervenção educativa da FASE. Cada pequena vitória na conquista de melhorias nas alternativas de comercialização para a Agricultura Familiar, era indissociável da elevação na qualidade das organizações e no entendimento de mecanismos de controle social de políticas públicas. Cada avanço registrado na construção de conhecimentos sobre práticas agroecológicas era vinculado ao entendimento de que o poder público é essencial para a canalização de investimentos necessários ao estabelecimento de equipamentos de agroindustrialização coletiva de parte crescente da produção agrícola familiar.

Sempre buscando estabelecer sinergia com iniciativas de seus parceiros, a FASE assessorou o SINTRAF de Presidente Tancredo Neves na operacionalização do PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural, especialmente na sensibilização e acompanhamento das famílias para instalação de hortas e quintais produtivos nas cercanias de suas novas habitações.

Definindo atividades em função de resultados previstos

Tendo por Objetivo Específico, ou efeito direto de sua ação, *Fortalecer a capacidade de geração de renda e de acesso ao mercado institucional (PNAE e PAA) de 17 associações, 02 Grupos Comunitários da agricultura familiar e 07 Grupos de Mulheres rurais dos territórios do Baixo Sul e do Vale do Jiquiriçá, na Bahia*, a FASE se propôs a realizar uma intervenção educativa por 3 anos, em continuidade ao que já se fazia, incorporando temas, e qualificando ações, comprometidas com o alcance de resultados capazes de mudar aspectos da realidade da população diretamente alcançada.

Permeado pela capacidade institucional de diagnosticar, atualizar, e monitorar o contexto sócio ambiental vigente, a FASE Bahia se organiza para realizar um conjunto de atividades interdependentes que permitissem o alcance dos resultados previstos no projeto.

Estes 4 resultados que se pretendeu alcançar são:

1. 17 associações e 2 Grupos Comunitários fortalecidas e qualificadas para acessar e fazer a gestão participativa dos programas PNAE e PAA
2. 600 famílias sensibilizadas, informadas, avançando no processo de produção de base agroecológica, com potencial de geração de renda mais qualificado.
3. 07 Grupos de Mulheres mais organizados e informados sobre direitos, atuam na defesa de direitos e pela construção de relações de gênero mais equilibradas.
4. Organizações de agricultores familiares e de mulheres rurais ampliam e qualificam sua participação em instâncias de gestão e controle social de políticas públicas.

Aprofundando a parceria com o Polo Sindical, a FASE assessorou os preparativos e a realização anual das comemorações do 1º de Maio. Em 2017, realizaram-se a 30ª Manifestação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Região de Amargosa, e 10ª Feira da Agricultura Familiar, em São Miguel das Matas, com palavras de ordem relacionadas a "Trabalhadores em defesa dos biomas e direitos", e "Sociedade Organizada: nenhum direito a menos"

É importante registrar a interdependência dos resultados previstos, e das atividades propostas, e a busca permanente por sinergia entre as diferentes frentes de atuação da FASE na região.

A atuação seria concentrada em 8 municípios, sendo Valença, Presidente Tancredo Neves, e Teolândia, situados no Baixo Sul; e São Miguel das Matas, Mutuípe; Laje, Jiquiriçá, e Ubaíra localizados no Vale do Jiquiriçá. Diretamente se faria a intervenção com 600 famílias agricultoras e indiretamente se alcançariam 5.000 pessoas.

Os parceiros diretos da intervenção educativa da FASE são o Polo Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Região de Amargosa; a FETRAF Bahia, os SINTRAF's municipais, e a Central das Associações da Agricultura Familiar de Valença.

A FASE Bahia elencou as principais atividades que permitiram alcançar resultados consoantes ao objetivo delineado.

- Formação e capacitação sobre PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.
- Apoio e assessoria às organizações no acesso e na gestão do PNAE, e do PAA, na implantação de experiências agroecológicas, e na criação e funcionamento de cooperativas.
- Assessoria técnica e educação rural especializada às famílias na construção de experimentação agroecológica, de alternativas de agroindustrialização e de comercialização.
- Intervenção educativa com grupos de mulheres, com enfoque na defesa de direitos e enfrentamento da vulnerabilidade social
- Elaboração de subsídios e difusão de conhecimentos, monitoramento e avaliação
- Capacitação e assessoria técnica à direção do Pólo Sindical da Região de Amargosa.

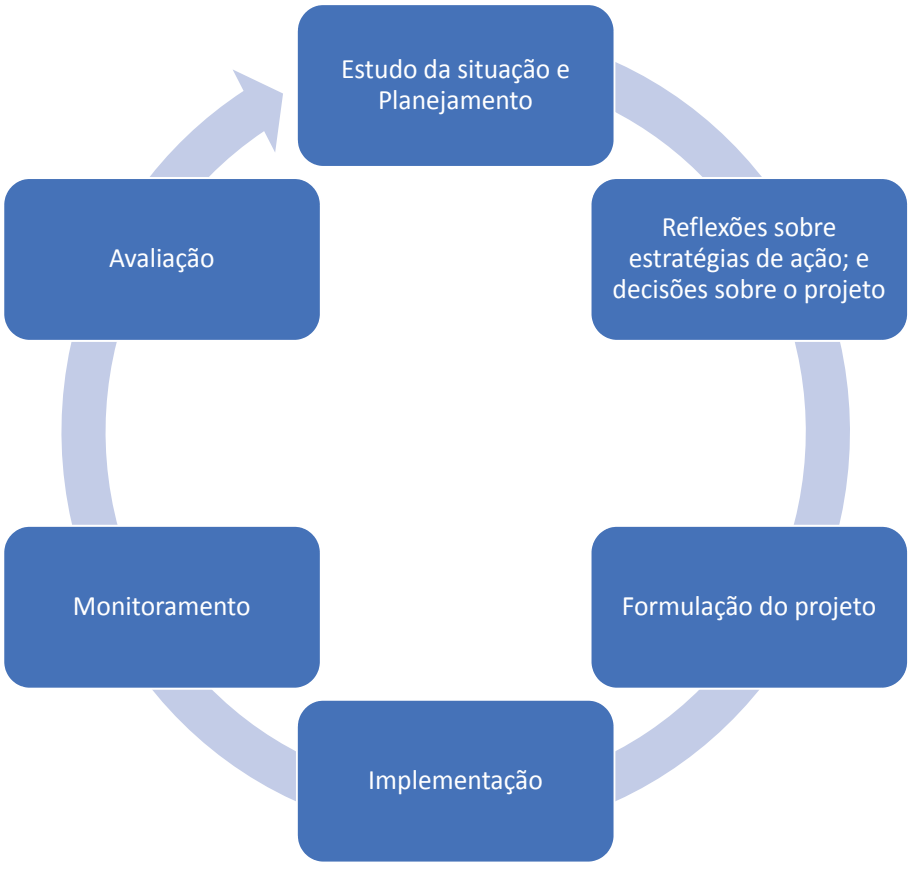
Para poder pleitear participação no PNAE, as associações, Grupos de Mulheres, e a Coopeípe, tinham de se qualificar em diversas áreas, como por exemplo, no levantamento dos custos de produção do que queriam comercializar. Foram feitas Oficinas e Reuniões nas Comunidades para Estudos de Formação de Preços e Estudos de Viabilidade Econômica, como este na Pindoba, em Mutuípe, em 2015.

Passos essenciais na construção deste projeto

Ao longo dos 42 meses desta intervenção educativa apoiada pela União Europeia - UE, a FASE Bahia desenvolveu atividades direcionadas ao alcance de resultados previamente estabelecidos no projeto contratado.

O projeto se encaixava nos pressupostos metodológicos e objetivos institucionais da própria FASE, enquanto instituição nacional, com um programa regional funcionando na Bahia desde 1987, e que se pretendia continuar depois do encerramento das atividades apoiadas pela UE.

Na etapa de levantamento de informações e atualização de diagnósticos sobre o contexto onde a FASE Bahia atuava; e posteriormente, quando da elaboração, aprimoramento e ajustes, e nos meses iniciais de execução do projeto; foi possível participar de momentos de capacitação internos à FASE, ou oferecidos pela UE, em que a FASE Bahia consolidou novos conhecimentos relacionados à "Gestão de projetos orientada a resultados".



Representação esquemática do projeto executado pela FASE Bahia

Uma das consequências práticas da adoção desta metodologia, foi o debate, proposição, discussão, e definição consensual do **Quadro Lógico** deste projeto.

A FASE Bahia se sente confortável com a descrição de que um **projeto** *é uma série ordenada de atividades voltada para o alcance de objetivos específicos, dentro de um período de tempo, e de um orçamento definidos*. Ou seja, um determinado projeto se refere a um processo de mudança.

Por **resultados**, estamos entendendo mudanças geradas no tempo do projeto e que são fundamentais para o alcance do **objetivo específico**.

As **atividades** foram concebidas como *ações realizadas para alcançar os resultados planejados*.

Nesta concepção, **indicadores** são meios (parâmetros) que se utilizam para verificar até que ponto as mudanças planejadas pelo projeto estão sendo alcançadas no decorrer de sua execução. Os indicadores devem ser acompanhados de fontes, e meios de verificação.

Assim sendo, quando a FASE Bahia oficializa o início das ações em 01/02/2015, já se tinha delineado claramente como **objetivo específico** "Fortalecer a capacidade de geração de renda e de acesso ao mercado institucional (PNAE e PAA) de 17 associações, 02 Grupos Comunitários da agricultura familiar e 07 Grupos de Mulheres rurais dos territórios do Baixo Sul e do Vale do Jiquiriçá, na Bahia".

Ao longo de todo o ciclo do projeto, a FASE Bahia manteve reuniões mensais com todas as pessoas envolvidas nos trabalhos. Quando necessário, representantes de entidades parceiras participavam em momentos específicos. Nestas reuniões se faziam planejamentos, monitoramentos, avaliações, e sistematizações dos passos dados.

Representação gráfica do ciclo do projeto.

Atividades e Resultados

Sempre enfatizando que o projeto se constituía em um todo coerente, onde as partes foram pensadas como componentes interdependentes, e tendo o Quadro Lógico como referencial que permitia uma visão de conjunto, ao mesmo tempo em que possibilitava definir critérios mensuráveis de monitoramento, a FASE iniciou as atividades destinadas a construir os resultados almejados.

Resultado 1

17 associações e 2 Grupos Comunitários fortalecidas e qualificadas para acessar e fazer a gestão participativa dos programas PNAE e PAA

A construção deste resultado envolveu uma série de atividades ao longo dos 42 meses de execução do projeto, onde se pode destacar a

Formação e capacitação sobre Programas PNAE e PAA

Os mercados institucionais, embora nem sempre pratiquem preços nos patamares desejados pelas famílias, evitam riscos causados pelas oscilações bruscas de valor e de demanda que caracterizam a comercialização tradicional via atravessadores e feiras locais. O PNAE e o PAA oferecem perspectivas de médio a longo prazo, em termos de garantia de demanda, com previsão razoável de tipos de produtos, quantidades a serem solicitadas, e preços de venda.

Por agregarem demanda em escalas superiores às normalmente praticadas pelos consumidores de varejo, o PAA e o PNAE exigem, e simultaneamente favorecem a adoção, por parte das famílias agricultoras e de suas organizações associativas, de procedimentos que por si só são essenciais à qualificação profissional e sócio técnica das famílias.

Associações, e a cooperativa, têm que diagnosticar sua produção atual e consolidar esses dados em levantamentos regulares que abarquem a capacidade produtiva do conjunto das famílias interessadas em comercializar parte de sua produção com o PAA e o PNAE. Terão também que planejar sua produção com antecedência, inclusive considerando as intenções de outras famílias e as expectativas de demanda distribuídas no tempo (tipo e quantidade de produtos conforme a época).

Famílias agricultoras têm que construir conhecimentos para poderem adotar decisões suficientemente informadas, sobre a conveniência ou não de se associarem ou cooperarem. Têm de estudar quais as exigências em termos de documentação para que sua organização possa participar dos processos públicos de comercialização. Famílias que se associaram ou passaram a integrar a cooperativa precisam decidir, também de maneira informada e consciente, sobre as vantagens de buscar comercialização via

A assessoria sócio técnica da FASE trabalhou processos de formação sobre PNAE / PAA em diversos espaços. Aqui se registra momento em que representantes de associações comunitárias dialogam com gestores municipais de São Miguel das Matas, sobre Edital de Chamada Pública lançado em 2016.

mercados institucionais.

Apesar da legislação promulgada em 2009, o fato concreto é que em 2015, ainda se verificava uma situação de muito desconhecimento e desinformação a respeito da Lei 11.947/2009 que reformulou o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A isto se some o desinteresse, falta de vontade política, e até mesmo oposição de certas administrações municipais, em promover medidas necessárias à aquisição direta de gêneros produzidos pela Agricultura Familiar, para serem oferecidos, na forma de refeições ou lanches, aos estudantes da rede pública.

Uma das principais preocupações da FASE nos meses iniciais do projeto, foi sensibilizar lideranças associativas e dirigentes sindicais, para a necessidade de organizarem passos concretos de pressão política, para forçar as prefeituras a obedecerem a lei, lançando editais de Chamada Pública do PNAE. Em menor escala, mas também de forma regular, se estimulava o movimento sindical a provocar setores do Governo estadual, sobre a realização de compras diretas da Agricultura Familiar para abastecer as escolas estaduais.

O tema do PNAE e do PAA, em todos os seus aspectos, foi abordado pela FASE em Dias de Campo, Visitas Técnicas, reuniões de Colegiados Territoriais e de Conselhos Municipais de Políticas Públicas, e nas Conferências de ATER e de SAN realizadas no período.

A FASE manteve acervo atualizado com textos legais, resoluções, cartilhas e publicações do tipo "passo a passo" para subsidiar os conteúdos trabalhados nas assessorias diferenciadas. Dialogou-se com o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre superação de situações como a não realização de Chamadas Públicas por prefeituras. Buscou-se dialogar com setores das prefeituras encarregados de operacionalizar esses programas; organizaram-se oficinas com representantes do PAA Conab para qualificar conhecimentos sobre elaboração de propostas de acesso a recursos deste programa.

Analisaram-se editais de Chamadas Públicas e de Pregões Presenciais publicados pelas prefeituras com base na Lei 11.947/09, identificando-se procedimentos necessários à viabilizar ou não, a participação das associações no PNAE. Foram feitos exercícios que resultaram na elaboração posterior de projetos de venda de associações e da Coopeípe, em diversos municípios; para escolas estaduais, e para o IFBaiano de Santa Inês.

Em 2016, a FASE Bahia e seus parceiros conseguiram provocar as prefeituras para o lançamento de Chamadas Públicas, baseadas na legislação vigente. Foram feitas reuniões com gestores governamentais em Mutuípe; Laje; Presidente Tancredo Neves; Teolândia; São Miguel das Matas; Jiquiriçá e Ubaíra, especificamente para tratar do PNAE, debatendo-se

Além de intervir como ator próprio, a FASE Bahia sensibilizava, assessorava e acompanhava dirigentes associativos e cooperativistas nas intervenções em espaços de gestão colegiada de políticas públicas, como Conselhos Municipais, e Colegiados Territoriais. Aqui se registra plenária da Conferência Territorial de ATER do Vale do Jiquiriçá, realizada em Mutuípe, em 2015, onde o tema do acesso ao PNAE e ao PAA foi debatido.

dimentos, sob a (falsa) premissa de evitar fraudes ou desvios. As novas regras impostas, sem qualquer consulta ou discussão prévia com organizações representativas da Agricultura Familiar, na prática, dificultaram muito, quase inviabilizando, a celebração de convênios entre associações e a CONAB[11], para operacionalização de projetos de doação simultânea. Prefeituras que têm de formalizar Termos de Adesão com o MDS[12] para operacionalizar o PAA no município, também se atolavam na burocracia, ou demonstravam falta de interesse. Convém registrar ainda os crescentes cortes orçamentários feitos nas dotações do PAA entre 2015 e 2018.

Apesar desta redução marcante nas disponibilidades orçamentárias do PAA, ainda foi possível acompanhar a execução do programa em

Chamadas Públicas (regularidade conforme disposições legais; observância de normas relacionadas ao fortalecimento da Agricultura Familiar e promoção da SAN – Segurança Alimentar e Nutricional, nos municípios; logística; qualidade dos produtos).

No caso do PAA, verificava-se a agravante da burocratização excessiva de suas regras e procedimentos, sob a (falsa) premissa de evitar fraudes ou desvios. As novas regras impostas, sem qualquer consulta ou discussão prévia com organizações representativas da Agricultura Familiar, na prática, dificultaram muito, quase inviabilizando, a celebração de convênios entre associações e a CONAB[11], para operacionalização de projetos de doação simultânea. Prefeituras que têm de formalizar Termos de Adesão com o MDS[12] para operacionalizar o PAA no município, também se atolavam na burocracia, ou demonstravam falta de interesse. Convém registrar ainda os crescentes cortes orçamentários feitos nas dotações do PAA entre 2015 e 2018.

Apesar desta redução marcante nas disponibilidades orçamentárias do PAA, ainda foi possível acompanhar a execução do programa em vários dos municípios onde a FASE Bahia atua.

A FASE monitorou a operacionalização do PAA e do PNAE nos 8 municípios, pesquisando regularmente edições de Diários Oficiais para verificar o lançamento ou não de Chamadas Públicas do PNAE, e sua conformidade, ou não com a legislação vigente, inclusive resoluções que foram sendo publicadas a partir de 2015. Em algumas situações e municípios, foi preciso insistir e acompanhar o processo, assessorando lideranças associativas e da Coopeípe, no encaminhamento de propostas formatadas para corrigir lacunas ou erros cometidos pelos gestores municipais. Também se consultavam sítios eletrônicos da CONAB e do MDS para observar a existência e condições de editais do PAA.

Fizeram-se reuniões com gestores municipais

[11] CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, órgão do Governo federal responsável pela operacionalização de modalidades do PAA, com recursos federais, seja diretamente com entidades executoras da Agriculturas Familiar (cooperativas, associações), seja em convênios com outros entes públicos.
[12] MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. Instância do governo federal que também operacionalizava o PAA, mediante convênios e/ou repasses aos entes federados.

para tratar do PAA em Ubaíra, Mutuípe, São Miguel das Matas, Presidente Tancredo Neves e Jiquiriçá.

A FASE provocou reunião com gestores estaduais do PAA, resultando na realização de capacitação na região, com responsáveis pelo PAA nas prefeituras de Mutuípe, Laje, Ubaíra, São Miguel das Matas, Presidente Tancredo Neves, Teolândia, e Valença. Isto possibilitou resolver pendências, e vários destes municípios conseguiram fazer a execução do PAA em 2016 e anos seguintes.

Apoio e assessoria às organizações no acesso aos dois programas e sua gestão, na implantação de experiências agroecológicas, na implantação e funcionamento de cooperativas

Ainda em 2015, ficou claro para a FASE e seus parceiros que o acesso aos mercados institucionais dependia de uma mudança substancial na qualidade da organização de grupos de agricultores familiares interessados nestas alternativas de comercialização.

Participar de iniciativas de comercialização via PAA e PNAE, exige organização, estimula distribuições de tarefas e cobrança de responsabilidades individuais e coletivas. Muda o senso comum e a cultura individualista das pessoas, que agora têm de se submeter a avaliações regulares que desembocam em novos planejamentos sobre o quê e quanto produzir, em quais épocas do ano, adotando medidas de correção de rumo, ou mudança de práticas. Enfim, exigem maior nível de preparação pessoal e a eventual submissão de vontades individuais ao interesse coletivo previamente identificado e acordado.

A FASE estimulou e assessorou famílias e grupos de agricultores a adotarem procedimentos

Várias formas de pressão política direcionadas às prefeituras, foram encaminhadas pelos parceiros da FASE para garantir a operacionalização correta do PNAE e do PAA. Aqui se registra evento promovido pela Diretoria de Merenda Escolar (Prefeitura) e o CMAE – Conselho Municipal de Alimentação Escolar, para degustação e aprovação da qualidade dos produtos in natura e processados, da Agricultura Familiar, com potencial para atenderem a demanda do PNAE em Presidente Tancredo Neves, em 2017.

de registro de despesas (dias de trabalho, aquisição de insumos, utilização de recursos existentes nas propriedades) para calcular o custo efetivo de produtos a serem comercializados.

Participar dos processos coletivos de comercialização impõe, ainda, um cuidado especial com a regularidade jurídica e fiscal dos entes associativos, questões nem sempre presentes no dia a dia das entidades de porte comunitário. A FASE assessorou as associações na trajetória de identificação e correção de eventuais irregularidades em sua documentação, além de estimular procedimentos para manter a documentação atualizada. Coube à assessoria da FASE, ainda, sensibilizar e orientar famílias agricultoras para obtenção de suas respectivas DAP's[13], e para que associações e a cooperativa conseguissem, por sua vez, as DAP's Jurídicas.

O acesso aos mercados institucionais exigia maior qualificação sócio técnica das famílias agricultoras, dos Grupos de Mulheres, das associações e da Coopeípe. Uma das vertentes da assessoria da FASE desde 2015 foi relacionada à confecção de marca, apresentação dos produtos, embalagens, rótulos, cálculos e estudos de viabilidade econômica, logística, cumprimento de exigências sanitárias, contábeis, e tributárias. Produtos passaram a ser comercializados com a marca Afagos da Terra, da Coopeípe.

Foram feitos diagnósticos iniciais, posteriormente atualizados ao longo dos anos, sobre processos de produção, gestão, agroindustrialização, e comercialização, nas associações, e na cooperativa[14], para orientar a assessoria da FASE. Promoveram-se processos de formação com grupos envolvidos na produção de alimentos elaborados (pães, bolos, temperos, biscoitos) para levantar custos efetivos de produção, e para poder discernir sobre sua viabilidade econômica.

Avançou-se na organização da COOPEÍPE, com assessoria ao processo de regularização de sua documentação, ampliação do quadro associativo, extensão de sua base territorial para incluir o Baixo Sul. A existência e funcionamento desta cooperativa é fundamental para ampliar chances de acesso a diferentes alternativas de comercialização para as famílias agricultoras assessoradas.

A FASE percebeu que a direção da Coopeípe tinha de melhorar seus mecanismos de gestão (controle de receitas e despesas; prospecção de novas alternativas de comercialização para além dos mercados institucionais; definição de estratégias de ampliação da quantidade e da qualidade de novos cooperados; formação específica para diretores/as encarregados de diferentes atribuições) e se programou para concentrar sua intervenção na construção de conhecimentos que permitissem aos dirigentes da Coopeípe, adotarem medidas que permitissem o crescimento sustentável da cooperativa.

Era preciso conhecer as exigências legais (tributárias, contábeis, sanitárias) e dar passos concretos no seu atendimento, para poder pleitear participação no PNAE e no PAA.

[13] DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf, documento essencial para possibilitar à família agricultora, e à associação, ou cooperativa, pleitear acesso ao PAA, e ao PNAE.
[14] As ações da FASE sobre cooperativismo estiveram concentradas na COOPEÍPE - Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Economia Solidária e Sustentável dos Territórios do Vale do Jiquiriçá e Baixo Sul da Bahia

Celebrou-se parceria com a UNISOL[15] para qualificar estas etapas. Avançou-se das discussões e encaminhamentos que estão resultando na definição de marca, rótulo, código de barras e embalagens para diversos produtos elaborados pela COOPEÍPE e associações assessoradas pela FASE. Ampliou-se a qualidade da organização associativa, e cooperativista, para alavancar a disputa por recursos e pelo acesso ao PNAE e ao PAA.

Realizaram-se processos formativos, via parceria com a UNISOL, com assessoria do SEBRAE em 06 empreendimentos (PAS – Programa Alimento Seguro), passo necessário para superação de entraves identificados (não cumprimento das exigências tributárias, contábeis, sanitárias) e conquista de melhores condições de acesso a mercados.

Realizaram-se eventos de formação sobre cooperativismo nas comunidades, onde se construíam conhecimentos sobre princípios do cooperativismo, e se debatiam normas e mecanismos de funcionamento da Coopeípe. Aqui se registra um destes momentos, realizado no Km 17 , em Laje, em 2016.

[15] UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, propôs à FASE parceira na execução do Projeto "Plano de Rede Solidária", produto do convênio número 776121/2012, de 26/12/2012, estabelecido entre o MTE - SENAES e a UNISOL Brasil.

Resultado 2

600 famílias sensibilizadas, informadas, avançando no processo de produção de base agroecológica, com potencial de geração de renda mais qualificado.

Para tornar possível esta mudança no entendimento e nas formas de trabalho de famílias agricultoras, a FASE desenvolveu atividades relacionadas à

Assessoria técnica e educação rural especializada às famílias na construção de experimentação agroecológica, de alternativas de agroindustrialização e de comercialização.

Foi preciso articular a assessoria técnica de campo da FASE Bahia com as famílias agricultoras e suas organizações (aumento do volume, e diversificação da produção; melhorias no beneficiamento; padronização de produtos ofertados ao mercado formal, e institucional), com o conhecimento das exigências (tipo de produto, forma de apresentação do produto, quantidades mínimas necessárias para atender a demanda de cada nicho ou oportunidade) dos diferentes mercados consumidores. Uma vez identificadas falhas, lacunas ou imperfeições, criavam-se condições para debater, definir e adotar medidas de correção possíveis e necessárias, para que um maior número de famílias agricultoras assessoradas pudesse acessar as alternativas de comercialização identificadas.

Práticas agroecológicas têm na diversificação da produção e na integração entre plantios e criatórios, um de seus princípios orientadores. A eles se somam a busca pela utilização de insumos que podem ser encontrados ou elaborados na propriedade (caldas e defensivos naturais, fertilizantes orgânicos).

A assessoria técnica em campo, englobava diálogos e construção de conhecimentos sobre plantios diversificados, já que tradicionalmente as famílias praticam monocultura.

Uma das possibilidades de se conseguir diversificação da produção, quando cada família isoladamente tem pouca terra, e a maior parte de suas propriedades já está ocupada com plantios de cacau, banana, e mandioca, seria adotar consorciações de culturas, ou adensamento de SAF's – Sistemas Agroflorestais, procurando planejar com o conjunto das famílias, o que cada família deveria plantar ou criar, em determinado ano ou safra. A assessoria técnica sempre procurou dialogar com as famílias sobre quais os tipos de produtos seriam mais indicados para se produzir, face à demanda prevista do PAA e do PNAE, ou frente a oportunidades diferenciadas de comercialização.

Ao longo dos anos de execução do projeto, confirmou-se a expectativa inicial de que práticas que contribuem para a transição agroecológica (elaboração de composto orgâ-

nico com ingredientes existentes em cada propriedade; adubação verde; rotação de culturas; integração plantios e criações), permitem gerar renda não monetária, pela diminuição da aquisição de insumos externos, geralmente industrializados.

A assessoria técnica da FASE se desenvolveu através de Reuniões na Comunidade, Oficinas Temáticas, Visitas Técnicas, Oficinas sobre Legislação, Apresentação dos Produtos e Marketing, Dias de Campo. Aqui se registra um destes momentos de formação, realizado na Comunidade da Aviação, em Presidente Tancredo Neves, para construção de conhecimentos sobre elaboração de composto orgânico com ingredientes locais.

Além dos esforços pela ampliação do volume, e da diversidade da produção, se deu a devida atenção à necessidade de agregar valor ao que se conseguia produzir. Nenhuma família agricultora isolada consegue reunir recursos necessários à aquisição de máquinas e equipamentos necessários à agroindustrialização de sua produção. Por isso, a assessoria da FASE sempre esteve atenta ao aproveitamento de oportunidades de acesso a outras fontes de recursos, destinadas ao financiamento de bens e equipamentos capazes de viabilizar agregação de valor à produção familiar, especialmente nas formas associativas.

Buscou-se melhorar a gestão de associações, estimulando maior circulação de informações entre diretorias e associados, a respeito das oportunidades de aumentar e diversificar a produção, e de acesso a recursos públicos e não governamentais, para financiamento de atividades coletivas de diversificação e de agregação de valor à produção.

A FASE monitorou o lançamento de editais e seleções públicas, assessorando associações e a Coopeípe quando se decidiam a participar. Foi prestada assessoria a todas as etapas do processo de disputa por recursos para empreendimentos sócio ambientais, permitida por Edital da CAR / SDR[16] que resultou na elaboração de 19 propostas, sendo que 6 (seis) delas foram contempladas em 2015, viabilizando às associações acesso a recursos essenciais para ampliar e qualificar seus empreendimentos sócio produtivos. Em 2018, a FASE volta a assessorar associações e a Coopeípe na disputa de novos editais lançados pela CAR SDR[17].

A busca por recursos para financiar atividades de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar se impôs, na medida em que as famílias conseguiam ampliar e diversificar sua produção. Aqui se registra reunião da FASE com dirigentes de associações e da Coopeípe, realizada em Laje, em 2016, para debater possibilidades de concorrer aos editais lançados pela CAR SDR, no âmbito do Programa Bahia Produtiva.

[16] Projeto Bahia Produtiva - Edital de Chamada Pública Nº 01/2015 – Seleção de Subprojetos Socioambientais
[17] Edital de Chamada Pública 013/2018. Seleção de Subprojetos de Qualificação de Agroindústrias da Agricultura Familiar. Edital de Chamada Pública 010/2018. Seleção de Subprojetos para Alianças Produtivas Territoriais.

Famílias agricultoras receberam assessoria técnica agroecológica em suas propriedades, através de Visitas Técnicas, e tiveram acompanhamento e apoio em iniciativas coletivas de agroindustrialização. Realizaram-se Dias de Campo, e Reuniões que sensibilizaram e estimularam famílias, a diversificarem e ampliarem sua produção.

Nas visitas de assessoria técnica, e nas demais atividades de campo, a FASE Bahia levantava a necessidade das famílias e dos grupos definirem objetivos claros, no que se refere à comercialização de parte crescente de sua produção.

Socializavam-se informações, se promoviam debates, e se encaminhavam ações concretas sobre como enfrentar as exigências da Vigilância Sanitária que muitas vezes acabam se transformando em obstáculos para agricultores familiares terem acesso a novos mercados.

Foram criados espaços para que as diferentes alternativas e possibilidades existentes fossem conhecidas e analisadas. Procuraram-se parcerias e consultorias especializadas em boas práticas sanitárias, apresentação e acondicionamento de produtos elaborados, comercialização e gestão; a FASE redistribuiu responsabilidades na sua equipe de maneira a priorizar assessoria à Coopeípe, em seu processo de crescimento e qualificação institucional.

O tema da agroecologia e sua importância como alternativa de desenvolvimento que favorece a Agricultura Familiar foi inserido nas agendas dos Colegiados Territoriais e das Conferências de ATER (municipais, territoriais) que contaram com a presença e participação da FASE, e de agricultores(as) assessorados.

Adotando a metodologia de construção e troca de saberes de agricultora para agricultora, a assessoria da FASE estimulava a realização de trocas de experiências entre protagonistas. Aqui se registra atividade de formação feita em 2017, sobre agroindustrialização de doces, com frutas provenientes dos quintais produtivos manejados pelas mulheres agricultoras

Resultado 3

07 Grupos de Mulheres mais organizados e informados sobre direitos, na defesa de direitos e pela construção de relações de gênero mais equilibradas.

Partindo do pressuposto de que é impossível fortalecer a Agricultura Familiar enquanto alternativa de desenvolvimento, sujeito de direitos, e ator político, sem apoiar simultaneamente a criação de condições favoráveis à existência de relações de gênero mais equitativas, a FASE realizou atividades destinadas a fortalecer a organização específica de mulheres agricultoras.

O que se buscou foi viabilizar a existência e funcionamento de Grupos de Mulheres, enquanto espaços de construção de oportunidades de geração de renda, e de conquista de maior autonomia econômica, provocando momentos de reflexão sobre a condição feminina e a necessidade de enfrentamento organizado das situações de violência e de negação de direitos.

Quando grupalizadas, e percebendo que outras mulheres passam por situações semelhantes, enfrentando os mesmos tipos de problemas e privações, afloram condições para o desenvolvimento de processos em que as consequências dos problemas são investigadas; abrindo-se também espaços para aprofundamentos que levam à descoberta das causas determinantes desses problemas.

O individualismo prevalecente no senso comum de mulheres agricultoras da região, foi sendo questionado, com mulheres participantes dos grupos percebendo que problemas antes tidos como individuais e localizados, erroneamente identificados como azar, sina de infelizes etc., na verdade são traços constituintes de uma sociedade machista e patriarcal que pode e deve ser superada, via ação política organizada, protagonizada pelas próprias mulheres.

A trajetória de organização de Grupos de Mulheres se deu concomitantemente à sua participação em vários espaços de formação e de intervenção. Aqui se registra a participação de lideranças de Grupos de Mulheres assessorados pela FASE, em evento relacionado a promoção, defesa e garantia de direitos. Trata-se da Feira Feminista do Baixo Sul, realizada em Taperoá, em 2016.

Mulheres agricultoras sempre trabalharam, e muito, para permitir a reprodução da agricultura familiar enquanto setor econômico e social. Mas o reconhecimento do valor de seu trabalho é incipiente, daí a necessidade de não só identificar o que as mulheres fazem (cuidar de neonatos, crianças e idosos, e outras tarefas domésticas essenciais à existência do núcleo familiar e da unidade produtiva), como também quantificar essas contribuições, e permitir maior agregação de valor, assegurando pleno domínio, por parte das mulheres, sobre aquilo que elas mesmo geram através de seu trabalho agrícola e não agrícola.

Intervenção educativa com grupos de mulheres, com enfoque na defesa de direitos e enfrentamento da vulnerabilidade social

Os 7 Grupos de Mulheres receberam acompanhamento, aproveitaram oportunidades de geração de renda, e defenderam reivindicações específicas em diferentes espaços. Os Grupos acessaram

recursos através dos dois FRS – Fundos Rotativos Solidários, criados e assessorados pela FASE. O tema da violência contra as mulheres, sua ocorrência nas comunidades e em ambientes familiares, foi debatido em praticamente todos os grupos e nas atividades específicas com e para mulheres.

Não se pode quantificar, com absoluta certeza, qual a maior motivação para a grupalização das mulheres, nas áreas de intervenção da FASE Bahia, mas é palpável a importância da busca por maior autonomia econômica, como elemento ainda bastante significativo.

Atendendo à demanda de Grupos de Mulheres interessadas em construir maior autonomia econômica, a assessoria da FASE programou diversas atividades formativas englobando ampliação e diversificação da produção; identificação de oportunidades para geração de renda via agregação de valor ao que já se produzia na unidade familiar. Aqui se registra reunião do Grupos de Mulheres em Progresso, da Comunidade de Pau Seco, em Mutuípe, feita em 2015, destinada a levantar diagnóstico da capacidade de produção.

Esta busca por maior autonomia econômica, expressa na possibilidade de gerar sua própria renda através de atividades produtivas pensadas, decididas, organizadas, realizadas, e avaliadas pelas próprias mulheres, também tem uma vertente sócio política importante. Registram-se depoimentos em Grupos de Mulheres onde desponta a compreensão de que ao se ter maior acesso à renda, sem depender de maridos ou parceiros, as mulheres sentem-se mais encorajadas e preparadas para defender seus direitos e enfrentar situações de opressão específicas de sua condição feminina.

A FASE Bahia manteve sua intervenção educativa com 7 Grupos de Mulheres, adotando a flexibilidade necessária para buscar atender demandas ditadas pelo contexto específico de cada grupo, pois o estágio de organização, as condições sociais e econômicas vigentes nas comunidades, o comportamento das lideranças femininas, o grau de aceitação da ideia de organização autônoma e específica de mulheres, entre elas mesmo, e no restante de cada comunidade, é muito diferenciado e pode variar ao longo do tempo.

Pode-se afirmar que em 2018 se registra o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres assessoradas pela FASE Bahia, pois dos 7 Grupos previstos, verifica-se que em todos eles, as mulheres participantes desenvolveram atividades produtivas com resultados econômicos perceptíveis.

Grupos de Mulheres foram acompanhados para viabilizarem articulação com outros coletivos identificados com as lutas em defesa dos direitos da mulher na região e na Bahia.

No âmbito das políticas públicas, lideranças de grupos de mulheres acompanhadas pela FASE, participaram de etapas municipais e territoriais da Conferência da Mulher, no período.

Com recursos adicionais oriundos de receitas institucionais, a FASE fez aportes iniciais a dois FRS – Fundos Rotativos e Solidários, articulando Grupos de Mulheres do Baixo Sul; e do Vale do Jiquiriçá. Aqui se registra uma das reuniões periódicas de gestão e monitoramento das atividades do FRS, realizada pela Coordenação do FRS do Baixo Sul, em 2016, em Presidente Tancredo Neves.

Resultado 4

Organizações de agricultores familiares e de mulheres rurais ampliam e qualificam sua participação em instâncias de gestão e controle social de políticas públicas.

Trata-se de assegurar condições mínimas para que cresça a participação popular no exercício do controle social de políticas públicas. A imensa maioria das famílias agricultoras não se sente representada pelo sistema político, e reduz sua participação ao voto.

Buscou-se a construção de conhecimentos sobre o que são, e como funcionam os conselhos municipais de políticas públicas, principalmente aqueles mais diretamente relacionadas às condições de vida de famílias agricultoras.

Elaboração de subsídios e difusão de conhecimentos, monitoramento e avaliação

Durante a execução deste projeto, a FASE e entidades parceiras assessoradas, participaram de vários espaços de disputa e gestão colegiada de políticas públicas, como Conselhos Municipais; Conferências Municipais, Territoriais, Estadual e Nacional[18]; Colegiados Territoriais do Baixo Sul, e do Vale do Jiquiriçá.

Mensalmente a FASE faz reuniões onde se avaliam os passos dados no mês anterior, identificam-se encaminhamentos necessários à eventual correção de erros ou correções de rumo; e se planejam as ações do mês seguinte, com distribuição de responsabilidades e atribuições.

Em várias das atividades com as associações, nas comunidades, também se fazem momentos de avaliação e planejamento. Isto se dava tanto para a condução do dia a dia das entidades, como também, para qualificar a gestão de projetos específicos acessados pelas entidades e que se encontravam em execução.

Os Colegiados Territoriais são espaços importantes de disputa em torno da gestão colegiada de políticas públicas na região. Aqui se registra momento de trabalho da plenária do Colegiado Territorial do Baixo Sul, realizada em Valença, em 2016.

Capacitação e assessoria técnica a direção do Pólo Sindical da Região de Amargosa

A situação do Polo é condicionada pela qualidade em que se encontram os SINTRAF's a ele filiados. É incontornável mencionar que o movimento sindical brasileiro encontra-se permeado por dificuldades, decorrentes da excessiva acomodação em que se mantiveram durante os 14 anos dos governos Lula e Dilma. Foram secundarizados esforços de formação de base, comprometendo a renovação das direções e sua politização. Descuidou-se da organização e mobilização em defesa de direitos e pela preservação de conquistas, acreditando-se que a chegada de

[18] Houve presença ativa, e organizada, nas várias etapas de conferências de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural; de SAN – Segurança Alimentar e Nutricional; da Mulher; nos anos de 2015 a 2018.

aliados políticos aos governos federal, estadual e municipais, resolveria tudo sem a necessidade de enfrentamentos e ações concretas.

A realidade está demonstrando os equívocos desta postura, e agora se impõe a necessidade de correções de rumo, para poder tentar reconstruir o que se perdeu.

Utilizando exemplos concretos dos impasses na implementação de programas governamentais e políticas públicas de interesse da Agricultura Familiar, a FASE Bahia mantém e busca qualificar ainda mais sua intervenção educativa com dirigentes e ativistas de base. Tanto na preparação e realização da tradicional manifestação do 1º de Maio, como na elaboração de pautas de reivindicações municipais, territoriais e estadual.

A parceria da FASE com o Polo Sindical incluía momentos direcionados à formação de novas lideranças, e diálogos sobre o planejamento, realização, e avaliação de ações coletivas, como a comemoração anual do 1º de Maio, e da Feira da Agricultura Familiar.

Manteve-se uma regularidade na assessoria ao Polo Sindical, passando pelos eventos de preparação e realização anuais da Manifestação e da Feira da Agricultura Familiar; elaboração de pontos para várias Pautas de Reivindicações da FETRAF Bahia, dirigidas ao Governo estadual; e se deram passos para a organização e realização de eventos de formação com a direção do Polo.

Também se organizaram várias etapas do Curso de Formação de Novas Lideranças, ferramenta que vem permitindo oxigenar as estruturas e renovar quadros sindicais das entidades parceiras.

Políticas públicas e programas governamentais essenciais à reprodução da Agricultura Familiar foram monitorados. Entidades parceiras como o Polo Sindical, a FETRAF e os SINTRAF's foram sensibilizados para aprofundarem sua atenção no que se refere às ameaças trazidas pela deterioração da situação econômica a partir de meados de 2015, à qual se somou a crise política brasileira.

A ofensiva do novo governo instaurado a partir da deposição da administração federal eleita em 2014, se fez sentir, e a retomada de lutas por parte do movimento sindical foi inserida na pauta das ações da FASE, em 2016. Este é um tema constante nas etapas de formação de novas lideranças, desenvolvida com o Polo Sindical.

Direitos duramente conquistados em décadas passadas foram bastante ameaçados em 2016 e anos seguintes, e estas ameaças permanecem e podem se agravar.

Os Grupos de Mulheres assessorados pela FASE tiveram participação destacada em diversas manifestações convocadas pelos SINTRAF's e pelo Polo Sindical. Aqui se registra momento de manifestação contra retirada de direitos, realizada em Laje, em 2016.

Ainda quando da elaboração do projeto em 2013, já se tinha definido que a FASE se comprometia com a assessoria aos grupos de agricultoras e agricultores de Mutuípe e região, interessados na criação e funcionamento de uma cooperativa.

O acesso aos mercados institucionais, como os do PNAE e do PAA, entendido como uma alternativa de geração de renda importante para o fortalecimento da Agricultura Familiar na região, requeria a existência de uma cooperativa, cuja personalidade jurídica atendesse às exigências de conformidade com a legislação contábil, e tributária.

Os regulamentos de classificação nas seleções feitas através de Chamadas Públicas do PNAE; ou de pontuação em processos seletivos do PAA; favoreciam cooperativas em relação aos grupos informais de agricultores familiares. Além disso, as associações comunitárias sempre viviam certa insegurança, ou incerteza jurídica, quanto à sua natureza legal, quando assumiam a comercialização da produção de seus associados.

A partir da iniciativa desse grupo de Mutuípe, com forte participação de mulheres agricultoras, são feitas discussões mais sistematizadas sobre cooperativismo em 2014. Em 2015, ocorre a formalização da Coopeípe. Depois se opta pela modificação estatutária, de maneira a estender a base territorial. Hoje a Cooperativa dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Economia Solidária e Sustentável dos Territórios do Vale do Jiquiriçá e Baixo Sul da Bahia atua em diversos municípios. Todos esses passos contaram com a assessoria técnica da FASE, intensificados com o início das ações apoiadas pela UE.

A construção da Coopeípe vem se dando de baixo para cima, buscando-se a maior participação possível de cooperados. Aqui se registra assembleia realizada em Mutuípe, em 2016.

A FASE e lideranças da Coopeípe realizaram reuniões em diversas comunidades para debater cooperativismo, abordando direitos e deveres dos envolvidos nessa organização. Esse processo de mobilização, sensibilização, e formação, contou com a presença de mulheres e jovens que já vinham integrando a direção da Coopeípe. Com o passar do tempo, os conteúdos deste processo formativo foram se complexificando, para atender aos desafios que a própria trajetória de

consolidação da Coopeípe colocava.

Temas como legislação sobre cooperativismo; alternativas de comercialização; apresentação e padronização de produtos; embalagens, marca e rótulos; legislação sanitária; estudos de viabilidade econômica e formação de preços; entre outros foram trabalhados pela FASE.

Outra vertente da assessoria foi com as pessoas que iam assumindo postos de direção da Coopeípe. A FASE contribuiu na organização da documentação, e na legalização da Coopeípe, atentando para a necessidade de que a diretoria entendesse este processo e construísse as condições necessárias para ter autonomia, e viabilizar a continuidade sustentável da Coopeípe. Em 2018, a FASE vem acompanhando a gestão que é feita pela direção eleita em assembleias, e Comissões de Trabalho que se formam para atender a demandas específicas.

Tendo a produção de alimentos saudáveis como foco, a Coopeípe assumiu a agroecologia e vem buscando apoiar iniciativas de diversificação da produção de seus cooperados. Participa de eventos relacionados à promoção da agroecologia, e comparece em eventos regionais e estaduais dedicados à Economia Solidária.

A Coopeípe vem se preocupando com a conquista de outros espaços de comercialização, para não depender apenas do PNAE e do PAA. Assim sendo, a Coopeípe tem disputado editais do Programa Bahia Produtiva, e da Fundação Banco Brasil, para acessar recursos destinados à agroindustrialização da produção de seus cooperados. Participa

Através de parceria com a UNISOL e eventos de formação, a Coopeípe definiu a marca Afagos da Terra para a comercialização de produtos de seus cooperados. Aqui se registra a participação da Coopeípe na Feira Agroecológica das Mulheres do Baixo Sul, realizada em Presidente Tancredo Neves, em 2017.

de feiras feministas e agroecológicas realizadas na região, trazendo produtos de seus cooperados.

Nesta trajetória, se verificou que a gestão cotidiana da cooperativa exige muita atenção, já que as famílias agricultoras não tinham experiência em administrar uma cooperativa. Essa é a primeira iniciativa que eles participam, e para a FASE é fundamental preservar o caráter democrático, capilarizado, com que a experiência vem sendo construída.

Todo este esforço da FASE e de seus parceiros, como instituições sindicais e lideranças da Coopeípe, permitiu que se chegasse, já em 2016, com conquistas expressivas. Foram feitas atividades de qualificação de empreendimentos de cooperados, por meio de consultoria com o Sebrae no PAS – Programa Alimento Seguro. Foram feitos encaminhamentos relacionados à elaboração da marca "Afagos da Terra", com criação do código de barras e do rótulo de 72 produtos a serem comercializados pela Coopeípe.

Foram construídas parcerias com a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), envolvendo cerca de 20 empreendimentos da agricultura familiar nas comunidades onde a FASE atua na Bahia. Também foram realizadas ações incluídas no Projeto "Plano de Rede Solidária" para ampliar a representatividade da Coopeípe na região.

A realização de oficinas e cursos em diversas comunidades foi central para se decidir sobre os princípios e características da Coopeípe, mas também para continuar animando esse processo e, ainda, apontar quais são as providências necessárias para que os produtos nestas comunidades possam vir a ser comercializados.

Gestões e encaminhamentos foram adotados para a obtenção do Selo da Agricultura Familiar, sendo que a Coopeípe e seus cooperados já receberam aprovação para a apresentação dos produtos após exame feito pela Superintendência da Agricultura Familiar do Governo da Bahia (SUAF). Também se deve comemorar a participação da Coopeípe em Chamadas Públicas realizadas em Mutuípe, Presidente Tancredo Neves para vendas no PNAE municipal.

Com assessoria da FASE, a Coopeípe conseguiu se cadastrar perante o governo da Bahia e está apta a participar de Chamadas Públicas destinadas às escolas da rede pública estadual. Outra conquista relevante da Coopeípe foi ter conseguido aprovação em Chamada Pública promovida pelo IFBaiano de Santa Inês, conseguindo comercializar com escolas da rede pública federal, pela primeira vez, ainda em 2017.

Dirigentes da Coopeípe se deslocaram por várias comunidades para dialogar com famílias agricultoras e associações comunitárias sobre a necessidade de criação de uma cooperativa na região. Aqui se registra uma destas reuniões, feita na Comunidade do Km 17, em Laje, em 2016.

Diversificação e geração de renda

Adriana Santos Amorim Almeida , residente na comunidade do Tabuleiro da Santa, São Miguel das Matas, é uma jovem comprometida com seu SAF – Sistema Agroflorestal que já tem 2,5 hectares.

Nesta área, antes era cultivada mandioca que a jovem e sua família beneficiavam e vendiam como farinha, reservando uma pequena parte para auto consumo. Paulatinamente, o roçado de mandioca foi diminuindo e a área se transformando em um SAF, com plantios de diversas árvores.

O SAF proporciona melhor aproveitamento de área, pois a variedade das árvores em termos de tamanho, formato das copas, e dimensão dos sistemas radiculares, permite ampliar a absorção de nutrientes pelas plantas. Esta diversidade incrementa a qualidade do solo, evitando a erosão causada pelo impacto e escorrimento das águas de chuvas; possibilita a ciclagem de nutrientes que estão nas camadas mais profundas; e economiza água devido ao sombreamento.

O aumento da biodiversidade equilibra o agroecossistema, reduz incidência de pragas e doenças; diminui as flutuações de temperatura, e da umidade do ar. O microclima encontrado dentro de um SAF é bem mais ameno do que nas áreas com pouca ou nenhuma cobertura vegetal, como são as pastagens extensivas dos grandes fazendeiros da região.

Adriana já está colhendo cacau, banana, goiaba, abacaxi e laranja, em seu SAF que vem se consolidando. Planeja os trabalhos de manejo conforme as épocas do ano, e as exigências de cada espécie cultivada.

Junto com Adriana, a assessoria da FASE fez a escolha das espécies priorizando a própria diversificação, e a produção de frutas para vendas in natura, e para a elaboração de polpas congeladas.

Esta estratégia permitia ter mais produtos para vendas no varejo local (feiras; vizinhos) e entrega ao PNAE de São Miguel das Matas; e diminuía os custos com compras de produtos para alimentação da família.

Atualmente a área do SAF tem abacaxi, cacau, banana, manga, cajá, acerola, goiaba, laranja, jaca, açaí, e abacate. Possui ainda plantas medicinais como erva doce, erva cidreira, capim santo, e hortelã, utilizadas para o consumo da família, como alimentação de animais, e como ingrediente de preparados caseiros de controle de pragas e doenças.

Com a venda da colheita das frutíferas que já estão em produção, Adriana tira o sustento da família, comercializando em feiras e para atravessadores. Em 2018 foram comercializadas quantidades variadas de cacau, banana da prata, feijão de corda, cebolinha, aipim, e farinha, gerando uma renda de 700,00 (setecentos reais).

Além disso, verificam-se mudanças na alimentação familiar que foram proporcionadas pelo cultivo diversificado que se consolida a partir de 2017, com a implantação de um PAIS – Projeto Agroecológico Integrado e Sustentável na propriedade, cujos investimentos foram custeados por fundos públicos não reembolsáveis, acessados coletivamente pela comunidade.

A FASE vem assessorando a associação de Tabuleiro da Santa, em todas as etapas que resultaram na elaboração do projeto, seleção através de concurso público, operacionalização da aplicação dos recursos, e prestação de contas.

Neste PAIS, implantado na área de Adriana, temos criação de aves; plantio de hortaliças como coentro, beterraba, cenoura, couve, tomate, pimentão, cebolinha abobora, batata doce. Se tem ainda plantas medicinais, também usadas como ingredientes para elaboração de caldas aplicadas no controle de pragas e doenças das hortaliças; e como remédios para parasitas de aves. O esterco das aves entra na elaboração de composto orgânico que fertiliza as leiras. Restos vegetais das hortaliças servem de alimentação para as aves.

Esta experiência de Adriana é hoje um sistema biodiverso, com produção de alimentos, geração de renda, e recuperação de área antes inutilizada. Está gerando renda e construindo conhecimentos que permitem prever sua sustentabilidade futura.

Com recursos acessados via projeto assessorado pela FASE, e encaminhado pela Associação, Adriana conseguiu formar um PAIS, diversificando ainda mais sua área, intensificando o cultivo de plantas anuais, hortaliças, e o criatório de aves. Com conhecimentos construídos em diferentes eventos de formação, Adriana e outras agricultoras da comunidade vem experimentando práticas agroecológicas e a utilização planejada de irrigação.

Controle Social em Políticas Públicas

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CMAE, de Presidente Tancredo Neves, foi criado por lei municipal, em 2001, e reestruturado em 2009. Seu funcionamento se manteve durante as várias administrações municipais, com um certo grau de autonomia e independência, devido à decisão de setores importantes da sociedade civil, em participar ativamente dos trabalhos. Os representantes da sociedade civil que participam do CMAE são escolhidos em assembleia e se mantém um rodízio de entidades.

Tanto o SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, como a FASE, estão atuando no CMAE que já contou com a intervenção de associações comunitárias, como a ASPAM – Associação dos Pequenos Agricultores Rural de Moenda. Essas entidades buscam se qualificar para poder exercer melhor o controle social desta política pública, e dos programas governamentais que tratam da alimentação escolar no município.

Esta participação é essencial para garantir que o Conselho seja efetivamente um espaço plural, onde a qualidade da alimentação escolar, e da gestão dos recursos públicos, sejam monitorados. O CMAE mantém ainda um espaço de socialização de informações sobre suas atividades, através da Internet, em http://cmaeptn.blogspot.com.br/ . Seus integrantes optaram pela criação da Câmara de Fiscalização dos Recursos destinados à Alimentação Escolar; e da Câmara de Qualidade da Alimentação Escolar.

O monitoramento feito pela sociedade civil tem um componente ligado à lisura ou correção

Integrantes do CMAE em uma de suas reuniões periódicas em plenárias. Conselheiros e conselheiras organizaram duas câmaras para agilizar os trabalhos.

da aplicação dos recursos, observando se ocorrem ou não desvios. Ou seja, se a quantidade de dotações orçamentárias legalmente destinadas à aquisição de alimentos, vem sendo aplicada, e se estes gastos correspondem mesmo à compra de alimentos, e se estes alimentos são servidos na forma de refeições e lanches, aos estudantes da rede pública municipal de Presidente Tancredo Neves.

A atuação de conselheiros(as) também se faz no monitoramento sobre a eficácia e efetividade dos gastos, ou seja, sobre a influência destes gastos na qualidade da alimentação servida, no grau de satisfação dos estudantes, e na relação estabelecida com o desenvolvimento econômico e social do município, principalmente com as famílias agricultoras que são o principal setor econômico local.

Foram os movimentos sociais ligados à agricultura familiar que se articularam desde o início dos anos 2000, para conseguir uma nova legislação para o PNAE. Estas lutas culminaram com a promulgação da Lei 11.947 em 2009, onde se estabeleceu que pelo menos 30% das aquisições de alimentos com recursos do PNAE deveriam ser feitas diretamente da Agricultura Familiar. Inclusive com dispensa de licitação, através de Chamadas Públicas. O que se pretendia é que esses gastos governamentais fossem feitos no próprio município, canalizando recursos para as famílias agricultoras, gerando renda, e favorecendo a Segurança Alimentar e Nutricional de produtores e de consumidores. Outro aspecto importante que decorre desta concepção, é a possibilidade de se apoiar a diversificação da produção agrícola familiar que passa a ter regularidade de acesso ao mercado institucional para comercializar sua produção. As famílias agricultoras podem saber, com uma certa antecedência, quais serão os produtos demandados pelas escolas, em quais quantidades e épocas, e quais vão ser os preços pagos pelos compradores.

Como sempre acontece no Brasil, com legislação que atende a interesses populares, a luta não pode parar depois de se conquistar a lei. Após as movimentações intensas pela criação da legislação em sí, abre-se uma nova etapa de lutas, pela sua implementação. Assim foi, e continua sendo, com a Lei 11.947/2009. A maioria das prefeituras ignorou a lei, e tentou continuar

A maioria das instalações de cozinha, nas escolas municipais, são precárias, principalmente porque os prédios escolares ou foram construídos anos atrás, e não previam a instalação de cozinhas, ou porque escolas funcionam em imóveis alugados originalmente destinados a residências. Aqui se registra cozinha existente em uma das escolas municipais de Presidente Tancredo Neves, em 2017.

operando recursos do PNAE, apenas com empresas comerciais, sem realizar Chamadas Públicas. Foram necessárias mobilizações locais, estaduais e nacionais, para que o poder público adotasse sucessivas resoluções, esclarecendo pontos obscuros da legislação, evitando que a falta de vontade política de prefeituras impedisse compras diretas da Agricultura Familiar.

Em Presidente Tancredo Neves, o CMAE teve papel importante na conquista da aplicação efetiva da lei. Integrantes do CMAE se articularam com associações comunitárias e com a Coopeípe, divulgando a existência da lei, esclarecendo o que é e como funciona uma Chamada Pública. A assessoria da FASE produziu material didático explicando como o acesso ao mercado institucional do PNAE poderia trazer de benefícios para as famílias agricultoras e potencializar a economia local.

Foram feitos levantamentos da produção em 14 comunidades, sendo que 9 associações e cooperativas de Presidente Tancredo Neves elaboraram projetos de venda para disputar Chamadas Públicas, entre 2015 e 2018.

O CMAE se organizou em comissões para visitar escolas municipais e observar a qualidade das refeições servidas, inclusive perguntando aos estudantes como eles avaliavam a alimentação recebida. Foram feitas visitas aos locais onde os produtos da agricultura familiar eram recebidos pela prefeitura, para posterior distribuição às escolas. Dialogou-se com gestores municipais encarregados dos setores de licitação, para eventuais ajustes nos editais de Chamada Pública. Foram feitas reuniões com merendeiras e diretores de escolas municipais para identificar quais aspectos do PNAE poderiam ser melhorados no município.

Muito ainda resta por fazer, como a definição prévia, todos os anos, de um cardápio a ser servido nas escolas. Este cardápio tem de ser construído com ampla participação de associações e da Coopeípe, pois são as famílias agricultoras que podem informar quais os tipos de alimentos que existem no município, e as épocas em que as colheitas são feitas. A elaboração do cardápio precisa contar com profissionais em nutrição contratados pela prefeitura; e de representantes da comunidade escolar que vão consumir as refeições.

5 REIVIDICAÇÃOES DO CMAE PARA A ATUAL ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

1 - Garantir a compra pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no mínimo de 30% da Agricultura Familiar previsto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

2 - Elaborar o cardápio de forma compartilhada, através de uma comissão com a participação do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE), odedecendo às recomendações legais;

3 - Realizar capacitação sobre manipulação de alimentos, segurança e higiene e promover condições para fazer uso dos ensinamentos da formação, inclusive com a disponibilização dos Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's);

4 - Adequar as cozinhas para a produção de alimentos em condições mínimas de estrutura, armazenamento e higiene;

5 - Garantir o cumprimento da lei, referente ao Plano de Carreira dos servidores auxiliares de serviços gerais (remuneração).

Jocélio Moura de Oliveira vem implantando seu pomar desde 2015, com assessoria técnica da FASE. Na área, já existia uma cultura convencional de laranja, onde se introduziram novas espécies, resultando na diversificação com acerola, goiaba, manga, cajá, abacaxi. Tentando aproveitar a área ao máximo, fizeram-se consorciações nas entre linhas das frutíferas, com plantios de aipim, amendoim, milho, e feijão.

Esta é a situação atual do SAF, onde a diversificação vem se dando, com a preocupação de manter o potencial de geração de renda e a sustentabilidade do agroecosistema. Entre outras espécies pode-se observar banana, cacau, manga, e nas entrelinhas se faz capina seletiva

Nesta trajetória, o agricultor e sua família foram estimulados pela FASE a valorizarem o consumo das frutas na alimentação diária. Com isto, buscaram trocar experiências na produção de mudas, para ampliação do pomar e recuperação de áreas degradadas por anos de monocultura.

A família tem um bosque energético com ingá, sansão do campo, jurema, sabiá, pau pombo, e aroeira, usadas também para produção de estacas no plantio de maracujá, e para recuperação de cercas.

Desde 2015, Jocélio e sua família vem fazendo a condução do pomar adotando crescentemente práticas baseadas em princípios agroecológicos, como no controle de pragas e doenças, priorizando o fortalecimento nutricional da planta, ao invés de aplicar venenos, depois da ocorrência de infestações.

Jocélio faz os plantios em épocas corretas, conforme o ciclo de cada espécie, e usa o calendário lunar, semeando milho e feijão de abril a julho, por exemplo.

O agricultor percebeu que fazer agroecologia é agir de forma preventiva. Ele identificou na compostagem, e no reaproveitamento dos recursos naturais uma forma de proteger o solo, e garantir nutrientes para suas plantas. Experimentou e vem fazendo manejo da biomassa nos seus plantios, usando cobertura morta nas frutíferas que por serem consorciadas com outros plantios, promovem uma ocupação intensa do solo, sem degradar. Jocélio foi criando novos conhecimentos a respeito de algumas plantas que antes ele considerava como insignificantes. Atualmente, Jocélio valoriza a aroeira tanto como planta medicinal para utilização pela família, como ingrediente para elaboração de produtos naturais de controle de pragas e doenças. Já se tem um certo costume na fabricação e utilização de calda bordalesa para prevenir ocorrência de fungos prejudiciais às plantas cultivadas; e da samambaia, muito frequente na região, como repelente de insetos, ao se fazer uma mistura macerando suas folhas frescas. Tem-se experimentado ainda, várias receitas caseiras onde o sabão entra como ingrediente.

A assessoria da FASE estimulou a diversificação da área e introdução de novas espécies, e testou-se o plantio direto, evitando movimentar o solo, com o objetivo de proteger estas áreas dos efeitos da erosão.

Jocélio elabora composto orgânico, com palhadas, restos de culturas e esterco bovino obtido de criadores das vizinhanças.

Observou-se que na medida em que foram sendo introduzidas as novas espécies arbóreas, teve-se o cuidado de fazer a adubação por cova, com esterco.

Com a produção de novas mudas dentro da propriedade, Jocélio não só adensa a área do SAF com custos menores, como eventualmente pode dispor de mudas para comercialização com vizinhos.

A família já percebe que ao fazer rotação de culturas, tem mais alternativas para produção diversificada de alimentos, e melhora as características do solo, controlando plantas espontâneas e a incidência pragas, sem utilizar agrotóxicos como inseticidas e herbicidas.

O aumento no volume e na variedade da produção familiar permitiu à Jocélio dar passos seguros no beneficiamento e comercialização da produção de manga, acerola, goiaba, cajá, inclusive fabricando polpa de frutas, pois a família aproveitou a oportunidade de acesso a recursos viabilizada pela FASE para construir uma infra estrutura de agregação de valor, com freezer, e despolpadeira.

Hoje Jocélio comercializa na sua comunidade e vizinhanças. Inclusive tem sido possível trocar polpas de frutas por serviços de mão de obra especializada, como foi o caso do pedreiro que fez o concerto no telhado da agroindústria familiar, recebendo polpa de frutas como pagamento. Também já teve experiências de trocar polpas de frutas por esterco de gado de vizinhos, principalmente nas épocas em que não consegue produzir composto orgânico em volume suficiente para adubar seus plantios.

Organizadas em Grupos de Mulheres, e também nas associações, sindicatos, no Polo Sindical, na FETRAF Bahia, e na Coopeípe; agricultoras familiares do Baixo Sul, e do Vale do Jiquiriçá, têm conquistado avanços que apontam para relações de gênero mais equilibradas, assim como têm sido as protagonistas de cultivos de alimentos saudáveis que contribuem para elevar a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias.

É preciso continuar ampliando a participação política das mulheres em todos os espaços, ao mesmo tempo em que se busca promover condições mais favoráveis à sua inclusão econômica. Isto passa pela conquista do reconhecimento do valor do trabalho das mulheres na unidade produtiva familiar, seja nas tarefas de cuidado às crianças e idosos, seja na manutenção da casa, e preparo dos alimentos. Mas é fundamental criar novos espaços, para que as mulheres possam construir sua soberania econômica e conquistar maior autonomia financeira.

A FASE vem participando das iniciativas e lutas das mulheres da região. Ainda em 2011, assessorou diversos Grupos de Mulheres que foram sensibilizados a participar do Edital Mulheres e Direitos, para acesso a recursos do Fundo SAAP – Serviço de Análise e Assessoria a Projetos. Depois, com o início das ações apoiadas pela UE em 2015, a intervenção educativa da FASE com Grupos de Mulheres se intensificou. A assessoria engloba ações de formação sobre promoção e garantia de direitos, para que as mulheres possam formular suas reivindicações específicas, e lutar contra todas as formas de violência que acontecem em suas vidas. A assessoria feita pela FASE incide ainda no apoio às iniciativas de construção de relações de gênero mais equilibradas.

Uma das formas de equilibrar relações de gênero, é criando condições para que o valor do trabalho das mulheres seja reconhecido na própria família, na comunidade, e pelo poder público. E para que surjam novas oportunidade de geração de renda para mulheres.

Vários Grupos de Mulheres estão trabalhando na agregação de valor aos produtos da Agricultura Familiar. Cozinhas comunitárias foram construídas e vem elaborando alimentos com ingredientes locais para comercialização no PNAE, feiras e eventos. Aqui se registra momento de preparação de refeições, na Feira Agroecológica de Mulheres contra a Violência, realizada em Camamu, em 2017.

A construção e socialização de conhecimentos em agroecologia abre muitas oportunidades para mulheres agricultoras, pois tradicionalmente são elas que cuidam das hortas, quintais e criatórios de pequenos animais, situa-

dos próximos aos locais de residência das famílias agricultoras. São as mulheres que tem mais contato com as nascentes de água existentes nas áreas, e acabam se responsabilizando por assegurar o acesso aos recursos hídricos necessários à sobrevivência das famílias. São as mulheres que percebem melhor a quantidade de frutas, legumes e hortaliças que se perde, porque não se conseguem compradores e preços razoáveis, nas épocas de safras.

Dentro deste contexto, e aproveitando acúmulos gerados em anos anteriores, a FASE dialoga com lideranças dos Grupos de Mulheres sobre a criação de ferramentas mais adequadas à construção de alternativas sustentáveis de geração de renda, protagonizadas pelas próprias mulheres. O que se buscava eram ferramentas que simultaneamente permitissem qualificar a organização social das mulheres, com a melhoria de suas condições econômicas e produtivas.

Sucessivas reuniões feitas a partir de 2015, culminam com a decisão de se criar dois FRS – Fundos Rotativos Solidários, reunindo Grupos de Mulheres do Baixo Sul, e do Vale do Jiquiriçá, respectivamente. Os aportes iniciais que permitiram a criação dos FRS foram repasses não reembolsáveis do Fundo SAAP. Ao longo dos anos, as mulheres participantes decidiram pela constituição de duas Comissões, encarregadas da gestão do fundo, em cada território. Também elaboraram, e vem seguindo determinações de Regimento Interno, discutido e aprovado em assembleia reunindo representantes de todos os Grupos de Mulheres articulados. A gestão dos recursos é feita pelas próprias mulheres, escolhidas nas assembleias.

O contexto de vida e de trabalho das mulheres foi amplamente debatido, para que se pudessem formular sugestões de ações capazes de enfrentar os problemas identificados pelas próprias mulheres, e sobre como superar as dificuldades percebidas, através de ações protagonizadas pelos Grupos de Mulheres. Os empréstimos do FRS foram essenciais para que Grupos de Mulheres de Mutuípe, e de São Miguel das Matas, por exemplo, pudessem comercializar através do PNAE. Foi com estes recursos do FRS que estes grupos puderam adquirir a quantidade de ingredientes suficiente para honrar os contratos assinados com o PNAE que previam um volume bem mais significativo de produtos, até então comercializados pelos grupos. Outro exemplo da importância de empréstimos feitos pelo FRS que funcionam como capital de giro para mulheres cooperadas, é o repasse para a Coopeípe poder fazer as entregas do contrato celebrado com o IFBaiano de Santa Inês.

Representantes de Grupos de Mulheres fizeram Assembleias, onde se debateram planejamentos, avaliações, e monitoramento das atividades do FRS, no Vale do Jiquiriçá e no Baixo Sul. Aqui se registra momento de trabalho em grupos, durante assembleia realizada em Mutuípe, em 2017.

O objetivo dos FRS era canalizar recursos para iniciativas produtivas de Grupos de Mulheres. Os recursos aplicados deveriam resultar em retornos suficientes para remunerar o trabalho das mulheres envolvidas, com um excedente que iria repor os gastos iniciais do fundo, com um acréscimo que permitisse sua continuidade ao longo do tempo. No caso do Baixo Sul, por exemplo, o FRS começou com R$ 16.500,00 e hoje está em R$ 23.226,93. Já no Vale do Jiquiriçá, o FRS iniciou com R$ 16.500,00 e atualmente está com R$ 19.485,00.

Mas isto tem de ser feito de maneira a elevar a auto estima e a confiança mútua das mulheres participantes. Se planejaram atividades como visitas e intercâmbios entre Grupos de Mulheres para troca de experiências sobre processos de elaboração de produtos a serem comercializados; sobre receitas com utilização de ingredientes locais para a fabricação de derivados de mandioca, pães, sequilhos etc. Observavam-se normas e procedimentos adotados nas diferentes Cozinhas Comunitárias, e se comparavam custos na fabricação de produtos semelhantes.

As primeiras operações de empréstimos foram feitas em abril de 2015, e prosseguem até o momento de edição desta revista, em julho de 2018. Embora envolvendo quantias relativamente modestas, estes empréstimos têm tido um grande poder de alavancagem do potencial dos grupos, pois viabilizam comercializar volumes maiores que não seriam produzidos caso os Grupos de Mulheres não pudessem investir. Mesmo com toda a crise econômica vivenciada pelo Brasil, a quase totalidade dos Grupos de Mulheres que solicitaram empréstimos ao FRS conseguiu devolver os recursos, possibilitando assim a continuidade das operações em anos futuros.

Exemplos da aplicação de recursos do FRS pelos Grupos de Mulheres são a aquisição de insumos, embalagens, e de ingredientes para a preparação de refeições servidas em eventos; a fabricação de produtos como biscoitos, bolos, doces e salgados para comercializar com o PNAE, e em feiras regionais; reparos ou aquisição de equipamentos essenciais à continuidade das atividades de cozinhas comunitárias; viabilizar atendimento de alguma encomenda especial cujo volume supere a capacidade de produção regular do grupo.

O Grupo de Mulheres do Calumbi, de Presidente Tancredo Neves, acessou recursos do FRS por 2 anos seguidos, para servir refeições durante duas edições da Feira Agroecológica de Mulheres contra a Violência, realizada em Camamu, e na comemoração do 1º de Maio, promovida pelo Polo Sindical em 2015. Mais de 350 mulheres participam anualmente da feira, o que significa muita demanda por ingredientes para preparar as refeições.

Grupos de Mulheres que integram a Coopeípe também acessaram recursos do FRS para poder atender a demandas do PNAE, ou para participar de feiras. Aqui se registra participação de mulheres da Coopeípe na Feira agroecológica de Mulheres contra a Violência, realizada em Camamu, em 2017.

A consolidação como agricultor familiar

A trajetória percorrida por Antônio Jesus das Virgens, da Comunidade do Paó, em Presidente Tancredo Neves, expressa as possibilidades e os desafios enfrentados por jovens agricultores familiares para permanecerem e se reproduzirem na atividade.

A FASE participou da criação das condições que vem tornando possível a permanência de "Antônio do Paó", como ele é mais conhecido, na condição agricultor familiar em franca consolidação.

A intervenção da FASE-BA no Paó, iniciou-se em 2011, sendo que Antônio trilhou um percurso formativo, e teve acesso a recursos não reembolsáveis para iniciar um núcleo produtivo de fruticultura, concebido e implantado com base em princípios e práticas agroecológicas. O Núcleo Produtivo era uma estratégia de combinar produção de conhecimentos que qualificassem a diversificação da área, com a geração de renda mais sustentável para o jovem protagonista, e socialização dos novos conhecimentos na família e para a comunidade.

O contexto da propriedade familiar era de monocultura. No cultivo da bananeira, a área era preparada sem medidas preventivas de controle da erosão; utilizava-se cloro para desinfetar as mudas. A adubação utilizada era química, tendo sido realizado apenas uma adubação orgânica nas covas, quando do plantio, com esterco de galinha, adquirido fora da propriedade, de granjas comerciais com criação intensiva e confinada de aves.

Com o início das atividades apoiadas pela UE em 2015, a assessoria técnica se intensificou, apoiando-se nas bases firmes das etapas anteriores. Antônio passou a inserir outros cultivos, diversificando a área onde estavam as bananeiras. Gradativamente se percebia a passagem da monocultura para um agro ecossistema planejado, com cacau, abacaxi, graviola, aipim, goiaba.

Na medida em que as diferentes espécies se desenvolviam, foram aplicadas formas de manejo adequadas à condução de um SAF – Sistema Agroflorestal, onde se aumenta a diversidade sem expandir a área ocupada, obtendo-se elevação na renda da família agricultora.

Utilizando ao máximo a pouca terra disponível, Antônio diversificou sua área com espécies de tamanhos diferentes, e vem fazendo o manejo da biomassa para evitar exposição do solo, e acumular o máximo possível de matéria orgânica. Uma das técnicas empregada é a capina seletiva.

Atualmente, a adubação feita na propriedade é orgânica. Com assessoria da FASE, foram feitos diálogos com Antônio para facilitar a identificação do material existente na área que pudesse entrar na elaboração do composto orgânico.

Antônio delineou o objetivo de produzir e aproveitar ao máximo as frutas existentes na sua área, e nas propriedades vizinhas. Calculou custos em termos de dias de trabalho, e transporte, concluindo ser viável fazer a "quebra do cacau" dos vizinhos, com o intuito de aproveitar a polpa do fruto, para depois devolver as amêndoas aos respectivos donos. Ou seja, Antônio vai até a roça dos vizinhos, pega os frutos de cacau (as cabaças) e faz a "quebra", partição dos frutos para retirada das amêndoas envolvidas com a

polpa. Retira esta polpa para fazer polpa congelada de cacau, e devolve as amêndoas para que seus donos continuem o processo de beneficiamento necessário à venda do cacau seco.

Desta foram, todos ganham. Os vizinhos recebem ajuda na colheita, e Antônio aproveita a polpa da fruta, e as cascas do cacau quebrado ficam com ele e entram na elaboração do composto orgânico.

Após utilização da adubação orgânica, e da diversificação de cultivos, o jovem agricultor percebeu a diferença, principalmente no que se refere à durabilidade do fertilizante no solo. Antônio vem acompanhando seu SAF, e comenta como plantas mais nutridas são capazes de conviver melhor com pragas e doenças que não causam prejuízos sérios. Além destes cuidados com a nutrição das plantas e a qualidade do solo, Antônio aplica conhecimentos adquiridos no processo formativo para preparar e aplicar repelentes naturais, fazendo controle preventivo de pragas e doenças que são comuns na região do Baixo Sul.

Utilizando ao máximo a pouca terra disponível, Antônio diversificou sua área com espécies de tamanhos diferentes, e vem fazendo o manejo da biomassa para evitar exposição do solo, e acumular o máximo possível de matéria orgânica. Uma das técnicas empregada é a capina seletiva.

O passo mais impressionante na trajetória de Antônio foi que conseguiu economizar uma quantia suficiente da renda gerada pelo seu trabalho, para adquirir um hectare de terra. Ter acesso à terra é condição indispensável para que jovens agricultores familiares se reproduzam na atividade.

Com esta nova área, Antônio vem conseguindo fazer novos plantios diversificados. Seu cacau é feito com "cabruca", preservando espécies arbóreas mais altas para fazer o sombreamento das plantas. Antônio, com assessoria da FASE, acessou o PRONAF, para construir uma unidade de beneficiamento de polpa de frutas e adquirir um carro destinado ao transporte exigido pelas suas atividades produtivas.

Através do trabalho de educação popular desenvolvido pela FASE, por meio de visitas técnicas, dias de campo, e reuniões na comunidade, foi possível manter a trajetória de construção e socialização de conhecimentos. Métodos de controle alternativo de pragas e doenças, sem utilização de agrotóxicos e usando ingredientes locais no preparo de caldas, pastas e armadilhas, possibilitaram que o Antônio seja reconhecido hoje como um "agricultor experimentador". Vários vizinhos visitam a propriedade para ver de perto como Antônio usa a "água de mandioca" ou manipueira para controle de formigas; ou caldas feitas fumo de corda, para repelir insetos como pulgões, vaquinhas, cochonilhas e grilos, em frutíferas e hortaliças. Já as caldas feitas com pimenta vem sendo empregada com bons resultados no controle de ácaros, pulgões e cochonilhas.

Para além dos conhecimentos adquiridos sobre produção, Antônio Jesus das Virgens ampliou sua participação cidadã, sendo Secretário de Juventude do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – SINTRAF de Presidente Tancredo Neves, e é um dos mais ativos integrantes da Turma de Formação de Lideranças conduzida pela FASE em parceria com o Polo Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Região de Amargosa.

Qualificando a Sociedade Civil para disputar políticas públicas

A intervenção educativa feita pela FASE trabalhou a qualificação da sociedade civil para disputar conteúdos, e orientações de políticas públicas, nos espaços de gestão colegiada. Entidades representativas da sociedade civil nos conselhos precisavam estar capacitadas para se posicionar criticamente na formulação, na execução, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas.

Foram feitas sensibilizações, eventos de formação, planejamentos e avaliações sobre a existência, e funcionamento de diferentes conselhos municipais de políticas públicas, e sua relação com a qualidade de políticas públicas e programas governamentais de interesse direto da Agricultura Familiar.

Com a promulgação da Lei 13.019/2014, estabeleceu-se no Brasil o MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – MROSC, alterando a natureza legal das relações entre as OSC's e o Estado.

O MROSC tem como desafio aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às OSC's, e suas relações de parceria com o Estado em três dimensões:

1. Contratualização - se refere às parcerias das OSC's com a administração pública em geral;
2. Sustentabilidade – trata da certificação, com simplificação e desburocratização do regime tributário (imunidades e isenções incidentes sobre as OSCs, proposta de Simples Social, incentivos fiscais) e dos títulos e certificados outorgados pelo Estado;
3. Conhecimento - produção de estudos e pesquisas, publicações, cursos de capacitação e disseminação de informações sobre o universo das OSC's e suas parcerias com a administração pública.

A lei criou três novos instrumentos jurídicos de parceria entre o Estado e as entidades sem fins lucrativos: "Termo de Colaboração"; "Termo de Fomento"; e "Acordo de Colaboração". Essas modalidades de parceira foram criadas para substituir os convênios que só devem ser firmados entre entes públicos.

Para a FASE e seus parceiros, esta modificação tinha importância, uma vez que tanto associações comunitárias, como a Coopeípe, e a própria FASE, estavam acessando, e tinham interesse em continuar a acessar recursos públicos, para desenvolver atividades relacionadas à promoção, garantia, e defesa de direitos dos setores da população com os quais se trabalha. Intervir em políticas públicas é fundamental para influenciar a combinação entre desenvolvimento econômico, redução da pobreza, sustentabilidade ambiental e superação das desigualdades.

Como uma das entidades da Plataforma MROSC Bahia, e integrante do CONFOCO, a FASE facilitou eventos de formação para qualificar a sociedade civil. Aqui se registra oficina de formação realizada em Ubaíra, para integrantes da sociedade civil e gestores municipais, em 2018.

O fortalecimento da Agricultura Familiar depende da existência de fundos públicos que, ao serem aplicados corretamente, criam condições de mitigação ou superação das causas das desigualdades existentes na sociedade brasileira. Um exemplo claro é a possibilidade de famílias agricultoras organizadas coletivamente, terem acesso a fundos públicos para investir em prédios, equipamentos e assessoria técnica, para fazer a agroindustrialização e agregação de valor à sua produção. Outra necessidade é poder usar fundos públicos para recuperar áreas degradadas, ou adotar medidas de proteção ambiental. Nenhuma família isoladamente teria condições de fazer estes investimentos com recursos próprios. Associações e a cooperativa também não poderiam reunir o volume de recursos necessários, pois congregam famílias agricultoras com pouca disponibilidade de renda para fazer investimentos.

Com a Lei do MROSC, estabeleceram-se regras sobre modalidades de parceria voluntária entre a Administração Pública e o terceiro setor, mas novamente se verifica algo que repete há décadas, em termos da distância entre o Brasil Formal (o das leis) e o Brasil Real (onde vivem, moram, e trabalham as pessoas).

Nem todas as instâncias de governo, como prefeituras, secretarias municipais ou estaduais, governos de estados, e a própria administração federal, passaram a reconhecer e aplicar os princípios e determinações da Lei 13.019/2014 que só entrou em vigor em 23/01/2016. Órgãos públicos insistiam na celebração de convênios, obrigando OSC's que necessitavam desesperadamente de recursos, para poder continuar trabalhando, a celebrar estes convênios, à revelia da nova legislação. Muitos destes convênios tinham exigências relacionadas à operacionalização e prestação de contas dos recursos repassados que eram incorretas, ilegais mesmo.

O esclarecimento sobre a nova legislação é essencial para que OSC's possam continuar a pleitear acesso a recursos públicos. Organizaram-se eventos através do "Painel Itinerante sobre o MROSC" como este realizado em 2017, em Presidente Tancredo Neves, com representantes da Sociedade Civil e do Poder Público de municípios do Baixo Sul.

Por isso, diferentes setores da sociedade civil, resolveram manter a articulação denominada Plataforma MROSC que tinha se formado anos antes para encaminhar a luta pela nova lei. A Plataforma, depois da entrada em vigor da lei, em 2016, passou a debater, planejar, e executar ações concretas pela sua efetivação, em todos os espaços onde fosse possível. Trabalhou-se o Projeto "Ponto de Gestão do MROSC Bahia", em parceria com a UFBA, entendido como um passo necessário para o fortalecimento das OSC'se suas relações de parceria com o Estado.

Na Bahia, a FASE tem contribuído com a Coordenação Colegiada da Plataforma MROSC, desenvolvendo atividades para socializar informações, e esclarecer OSC's sobre a importância da nova lei e seus avanços. Foram feitos encontros, seminários, oficinas, reuniões, em deferentes regiões do estado, para que o maior número possível de entidades representativas de amplos setores da sociedade civil, de movimentos sociais, sindicais, e populares, tivessem acesso às informações sobre o MROSC, e pudessem se adequar às exigências da nova lei.

A FASE e seus parceiros da sociedade civil, identificados com a ABONG, e a defesa dos direitos de grupos historicamente excluídos, perceberam que era preciso acionar gestores governamentais. A União, os estados e municípios tinham de regulamentar a Lei 13.019/2014 através de decretos. E isto não estava acontecendo.

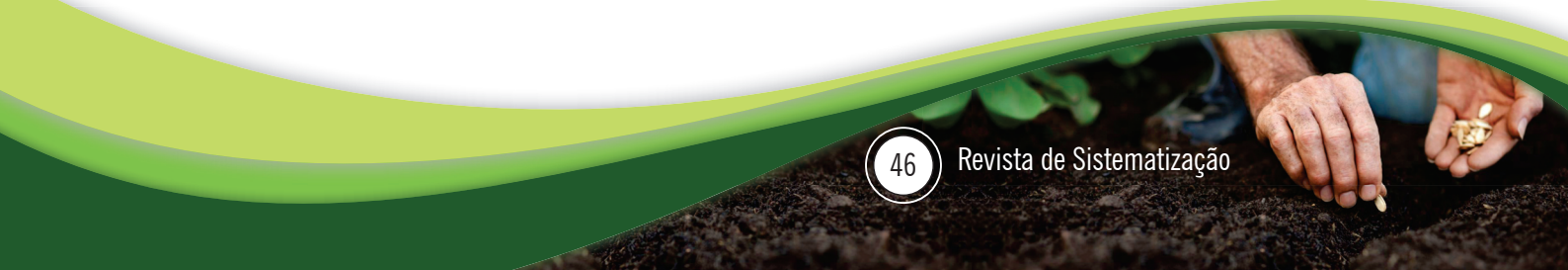
Por isso, desenvolveram-se uma série de ações protagonizadas pela Plataforma MROSC, realizando-se reuniões convocadas conjuntamente com entidades da sociedade civil nos territórios, para dialogar com gestores municipais e representantes de órgãos estaduais. Nestes eventos, se procurava esclarecer a ilegalidade da utilização de convênios entre poder público e OSC's. Se explicava que editais de chamada ou seleção pública, dirigidos às OSC's tinham de ser elaborados obedecendo-se à lei do MROSC.

Associações comunitárias receberam informações e orientações para fazer as assembleias onde as modificações estatutárias exigidas pela nova legislação, foram esclarecidas e aprovadas. A FASE assessorou várias dessas associações em todo o processo de construção da documentação necessária à conformidade com a nova legislação. Isto é essencial para que estas associações possam continuar a disputar e acessar fundos públicos.

Todo este esforço contribuiu para a criação do CONFOCO – Conselho Estadual de Fomento e Colaboração em 05/10/2016, onde a sociedade civil está devidamente representada, sendo que a FASE foi uma das eleitas.

Você pode encontrar maiores informações sobre o MROSC em:

http://abong.org.br/ongs.php
www.participa.br/osc
www.mapaosc.ipea.gov.br



Agricultora experimentadora

Agricultora com anos de experiência na introdução de práticas agroecológicas em suas áreas, através de diálogos com a assessoria da FASE. Registre-se ainda a disposição de Ignez Ana da Silva Sant'anna em participar de intercâmbios e visitas a outros agricultores experimentadores.

Dona Ignez já está consciente da importância e dos benefícios de cultivar hortaliças e plantas medicinais nas poucas áreas disponíveis em sua pequena propriedade familiar. É mais um caso onde a diversificação é a melhor estratégia para ampliar o volume das colheitas e criações.

Esforços direcionados à ampliação das alternativas de geração de renda vem ocorrendo junto com a qualificação do exercício da cidadania por parte de Dona Ignez que é muito ativa na comunidade. Participa da associação, do Grupo de Mulheres, e de conselhos municipais. Junto com outras mulheres agricultoras vem trabalhando na cozinha comunitária construída com recursos acessados de diversas fontes, onde agregam valor à produção local das famílias.

As mulheres organizadas na associação, disputaram vários editais de Chamada Pública do PNAE, em São Miguel das Matas, elaborando projetos de venda com assessoria da FASE, e assinando contratos para fornecer alimentos in natura e processados na cozinha comunitária. A experiência de comercializar com o PNAE, estimulou o Grupo de Mulheres a fazer exercícios periódicos de planejamento da produção de cada uma delas, para aproveitar ao máximo as potencialidades de cada área, e as habilidades de cada mulher com diferentes cultivos e criações.

Intensificando plantios e criações na pouca área disponível, é possível integrar cultivos e criações de maneira a que cada atividade beneficie a outra. No PAIS conduzido por Dona Ignez, restos do cultivo de hortaliças são utilizados como suplementação na nutrição das aves, enquanto todo o esterco do aviário é aplicado na elaboração de composto orgânico que depois vai para as leiras.

Durante a operacionalização dos primeiros contratos de venda ao PNAE, perceberam a necessidade de calcular melhor suas receitas e despesas. Por isso, solicitaram e receberam assessoria da FASE na elaboração de estudos de viabilidade econômica e formação de preços. Nestes eventos, analisaram as possibilidades reais de continuidade, ou não, na elaboração de alguns desses produtos comercializados via PNAE.

A associação conseguiu ter um projeto aprovado no Programa Bahia Produtiva, do governo estadual, acessando recursos para instalação de 20 unidades de PAIS – Projeto Agroecológico Integrado e Sustentável, na comunidade.

Com a entrada em operação de PAIS na sua área, Dona Ignez aumentou a diversidade de seus plantios e criações. Hoje tem mais de 40 espécies cultivadas.

A agricultora é a prova viva de que é possível associar plantas de múltiplos usos, e a criação de animais próximos à residência. A diversidade de produtos oriundos deste PAIS, garante a subsistência familiar, contribui com a renda, além de funcionar como verdadeiros bancos de sementes que permitem renovar os plantios sem depender da aquisição de sementes industrializadas.

O plantio e utilização de plantas de uso medicinal, resgata hábitos culturais que estavam se perdendo, além de somar para maior autonomia econômica das mulheres e respectivas famílias. Dona Ignez vende seus produtos nas feiras livres locais, e territoriais.

Apesar do início das atividades do PAIS ter coincidido com uma época de chuvas regulares, no fim de 2017 e início de 2018, a memória dos agricultores de São Miguel das Matas registra que periodicamente acontecem períodos de estiagem. Por isso, tanto Dona Inês como outros agricultores da comunidade do Tabuleiro da Santa, estão aprofundando seus conhecimentos sobre irrigação, com assessoria da FASE.

Superando distâncias na comercialização

Esta é uma experiência que se destaca pela capacidade de iniciativa e persistência de seus protagonistas. Trata-se de uma família agricultora da comunidade do Rio de Areia, situada em Laje. Em 2015, uma área da propriedade era trabalhada apenas com monocultura da mandioca para fazer farinha.

Após a inserção de Rodrigo Silva Lima, nas oficinas de formação, dias de campo, e demais atividades educativas da FASE, se verificaram mudanças significativas. Rodrigo passou a adotar práticas de manejo do solo, e das plantas, baseadas em princípios agroecológicos. A família se dedicou a ampliar e diversificar sua produção.

Em sua trajetória, Rodrigo e sua família, vem realizando periodicamente cobertura morta em áreas cultivadas; compostagem para adubação orgânica; preparo do solo para novos plantios sem queimadas; adubação verde; adubação foliar com biofertilizante feito com ingredientes locais. Já se percebe que nas áreas onde se fizeram estas práticas, ocorre maior reciclagem de nutrientes, e melhor aproveitamento da água pelos plantios.

Planejando a diversificação e mantendo práticas de manejo adequadas, o SAF de Rodrigo vem se consolidando. Aqui se registra a convivência de banana, mandioca, cacau. Por terem ciclos culturais, tamanhos, e exigências nutricionais diferentes, a variedade de espécies em uma mesma área proporciona vantagens em relação às monoculturas.

Hoje se tem diversificação na área, com plantas frutíferas e árvores nativas. A introdução e manutenção das espécies nativas como a sucupira, tem a função de sombreamento e proteção na represa existente no agroecossistema, com criação de peixes para consumo e comercialização. A família utiliza frutas e hortaliças que não consegue comercializar, para suplementar a alimentação dos peixes, e aves.

Ao redor da represa está se recompondo a mata ciliar, com algumas espécies compradas de viveiros vizinhos, e outras dispersadas por animais. Após os plantios e manejo inicial, se evitam novas intervenções, favorecendo a recomposição natural.

O cultivo de plantas medicinais, como babosa, erva cidreira, carqueja contribui para aumentar a diversidade e possibilita utilizá-las como remédios caseiros e como ingredientes para repelentes de pragas.

Atualmente existem mais de trinta espécies e variedades na sua área, dentre elas bananas da prata, pacovan, mysore, da terra, nanica, e maçã; goiaba; rambutão; manga; cajá mirim; cajá enxertado; acerola; abacaxi; batata doce; feijão guandu; mamão; aipim; mandioca; além de nativas como ingá, sucupira, e cedro. Tem ainda seringueira, e abacate. Na horta tem coentro, cebolinha, salsa, alfavaca, alecrim, hortelã, capim-santo, pimentão, pimenta, agrião, além das medicinais.

A maioria das frutíferas já estão produzindo frutos. Utilizou-se um espaçamento maior na introdução das árvores frutíferas e nativas, de maneira a permitir o cultivo de plantas anuais por um bom tempo, gerando renda para a família.

O jovem comercializa as frutas através da polpa, e in natura, em feiras livres, mercados locais como restaurantes, e acessa mercado institucional do

Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Laje (PNAE), vendendo aipim, farinha de mandioca, banana da terra, quiabo, e laranja. As vendas anuais situam-se ao redor de R$ 2.500,00.

Verifica-se ainda melhoria na renda familiar, proporcionada pela construção da unidade de processamento de frutas, e a família investiu na construção da casa própria e aquisição de um veículo para a comercialização. Rodrigo é ativo na comunidade, sendo diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Laje - SINTRAF.

A família foi percebendo que os espaços até então experimentados na comercialização de seus produtos que vinha sendo feita na própria comunidade, com famílias vizinhas; e na associação, incorporando-se a outras famílias nos projetos de venda elaborados para acessar o PNAE; já se mostravam insuficientes para absorver sua produção. Rodrigo se cooperou na Coopeípe, e vem comercializando batata doce, aipim, banana da prata e laranja.

Momentos iniciais em que Rodrigo monta seu local de comercialização semanal na feira do Guaibim, distrito de Valença. Registre-se a grande variedade de produtos que são trazidos por Rodrigo e familiares para abastecer consumidores do Guaibim.

O jovem Rodrigo e sua mãe, Dona Raquel, analisaram quais seriam as outras opções possíveis para comercializar sua crescente produção que já tinha alcançado uma diversificação significativa em termos de frutas, tubérculos, hortaliças

Nesta análise sobre outras possibilidades de comercialização, Rodrigo e Dona Raquel pensaram na Praia de Guaibim, distrito do município de Valença. O Guaibim é um destino turístico que recebe muita gente nos feriados e fins de semana. Mas o Guaibim tem também uma população local, de pessoas que trabalham na pesca, ou nos restaurantes, pousadas e estabelecimentos comerciais que existem em função da atividade turística. Ou seja, apesar de ser apenas uma vila, o fato é que Guaibim tem muitos consumidores que movimentam uma feira semanal que tem relevância para o abastecimento desta população local e que acaba também atraindo turistas interessados em adquirir alimentos frescos.

Rio de Areia fica aproximadamente a 80 km, por isso, Rodrigo e Dona Raquel tiveram de estudar primeiro, quais os custos de logística para poder levar seus produtos até a feira de Guaibim, e analisar bem se valeria à pena, ou não realizar a comercialização de seus produtos neste novo local.

Outro componente deste planejamento foi como expor os produtos de uma maneira agradável aos consumidores. Ainda em seus passos iniciais, a exposição dos produtos vem sendo feita com a utilização de uma barraca, cedida aos agricultores pela FASE, como parte de um pequeno projeto de apoio à comercialização. Esta pequena barraca já se mostra como insuficiente, para expor a quantidade de produtos que a família comercializa no Guaibim.

Rodrigo e Dona Raquel já estão estudando maneiras de conseguir mais uma barraca para poder ampliar o volume de produtos expostos, com mais higiene e conforto para agricultores e consumidores.

Mutirões do Grupo de Mulheres de Duas Barras do Fojo

O grupo se reúne nas casas das agricultoras para realizar compostagem utilizando restos de culturas, palhadas secas, casca de frutos, raspa de mandioca, cama de galinheiro e esterco curtido. Depois de pronto, o composto é incorporado nas leiras das hortas.

Este Grupo de Mulheres de Mutuípe vem se reunindo para troca de experiências entre as agricultoras que desenvolvem atividades de artesanato; criação de animais de pequeno porte como suínos e galinhas; testam alternativas de manejo do solo e cultivo de plantas medicinais.

Uma das inovações que vem se consolidando entre estas mulheres, é a reposição da matéria orgânica nas áreas de cultivo de hortaliças, e nos quintais com frutíferas, através da utilização de compostagem e cobertura morta.

No cultivo de plantas medicinais, elas vêm experimentando camomila, capim santo, alfavaca fina e grossa, rúcula, erva cidreira, benzetacil folha, alumã, aroeira, babosa, amorinha, pata de vaca, vick planta, folha milagrosa, tanchagem planta (erva curandeira), favaquinha de cobra, arruda, lorna (absinto), água de levante, boldo, poejo planta, melissinha, capim canela, pulga de batata, alfazema, romã, cravo de defunto, flor de urucum, mastruz, casco do munguru, pimenta jamaica, folha de graviola, pitanga, rampa gibão, quitoco planta, sabugueira, melão roxo, agrião, folha do padre, cordão de São Francisco.

Para as mulheres do grupo, fazer mutirões contribui para fortalecer o papel da mulher na agricultura familiar. É nesses mutirões que acontecem momentos de socialização dos saberes, de construção de novos conhecimentos em agroecologia. Os mutirões também são importantes para aumentar e diversificar a produção das mulheres, e possibilitar alternativas de geração de renda na comunidade.

É preciso muita disposição e força de vontade para que as mulheres consigam conciliar seus horários, afazeres pessoais e familiares, para conseguir definir agendas para a realização dos mutirões. Registra-se aqui um desses mutirões, realizados em 2018, para elaboração de composto orgânico a ser aplicado nas hortas e quintais produtivos das mulheres participantes.

Agora em 2018, se verifica que os mutirões para produção de hortaliças estão completando o estágio inicial de escolha das áreas, preparo adequado do terreno, e planejamento da disposição das leiras e canteiros. As primeiras colheitas de alface, abóbora, cebolinha, coentro, jiló e cenoura foram destinadas à subsistência das famílias das mulheres envolvidas. Teve gente que conseguiu comercializar parte dos alimentos produzidos nas hortas.

Ao participarem dos mutirões e ampliarem a produção local de alimentos, as mulheres passaram a depender menos das vendas de cacau e banana para gerar renda monetária. Ter uma produção diversificada, e destinar parte dela para a alimentação das próprias famílias, gerou renda não monetária. E despertou no grupo um processo de fortalecimento e construção da identidade. Algumas dessas mulheres fazem questão de ressaltar que se sentem resgatando culturas dos seus antepassados, como o artesanato de cestos com ramas de samambaia; plantio de bucha,

aroeira, e araruta; e a criação de pequenos animais dentro do quintal produtivo, integrado às demais plantações na área.

Outros depoimentos sobre a realização dos mutirões realçam não só o aprendizado de práticas agroecológicas, e a possibilidade de maior compreensão do local onde vivem, o aumento da produção e geração de renda, mas sua vinculação com a busca da emancipação e autonomia das próprias mulheres. As mulheres dizem que com os mutirões, os quintais funcionam como espaço de refúgio e encorajamento, proporcionando descanso, e troca de conhecimento. Participar dos mutirões traz significados como lembranças de traumas e lágrimas, sabores de lutas que são vivenciadas em diferentes cenários, diversidade e cores, cheiros e valores.

A FASE avalia que nesta experiência de produção da horticultura familiar e agroecológica, foi relativamente simples construir conhecimentos e adotar novas práticas. Isto porque havia disposição e vontade por parte das mulheres.

Os resultados alcançados pelo grupo, em termos de ampliação e diversificação da produção, motivaram a continuidade e aperfeiçoamento dos trabalhos feitos até agora.

Pode-se afirmar que já se tem produção consciente e diversificada de hortaliças e plantas medicinais, sem utilização de venenos, empregando recursos locais como samambaia, cinza, esterco fresco, urina de vaca, cravo de defunto na fabricação de pastas e repelentes de insetos. Verifica-se baixa demanda de insumos externos utilizados na elaboração caseira de pastas e repelentes. Trata-se de fumo em corda, sabão neutro, sulfato de cobre que tem custo financeiro bem menor do que agrotóxicos.

Os resultados são alimentos saudáveis para o autoconsumo e para complementação da renda familiar. Outra coisa bastante bem vista entre as mulheres do grupo, é a conscientização delas em termos de identidade de gênero. Percebem com clareza que antes da existência do Grupo de Mulheres, as responsabilidades delas nas atividades produtivas eram consideradas como "ajuda e complementares" àquelas desenvolvidas pelos homens. Muitas delas expõem que pensavam assim mesmo. Que consideravam seu trabalho como auxiliar e subordinado ao homem. Mas agora, estão cientes de que sem o trabalho das mulheres é impossível existir a Agricultura Familiar. E que mesmo diante de tais dificuldades essas mulheres "sobrevivem", não se rendendo aos mais variados tipos de violências, conquistando novos projetos e lutando por mais condições de aprendizagem.

Existem ainda muitas demandas expressas pelo Grupo de Mulheres, para a assessoria técnica da FASE, como definir opções viáveis para um sistema de irrigação; melhorar e ampliar localmente a produção de mudas; qualificar tratos culturais; melhorar o processamento na obtenção de conservas caseiras de frutas e legumes produzidos.

Outro ponto já definido pelo Grupo de Mulheres para permitir a continuidade de sua experiência é melhorar o planejamento da produção e encontrar novas alternativas de comercialização.

Nas atividades coletivas, as mulheres colocam em prática conhecimentos construídos em várias etapas do trajeto formativo propiciado pelas ações da FASE apoiadas pela UE. Neste mutirão feito em 2018, preparam leiras para novos plantios.

Construindo novas alternativas

João Batista de Jesus Almeida era um típico agricultor familiar de Tabuleiro de Corte de Pedra, comunidade de Presidente Tancredo Neves. O trabalho se concentrava no monocultivo do cacau comum, e do cravo, culturas incentivadas anos atrás pelo governo, destinadas à exportação, e que só podiam ser comercializadas através de grandes empresas, pois não servem para auto consumo dos produtores.

Depois de trilhar o percurso formativo, e dialogar com a assessoria da FASE, João Batista vem inovando os sistemas de produção. Fez clonagem nas suas áreas com cacau, introduzindo variedades de plantas tolerantes à vassoura de bruxa, doença bastante frequente na região, e que reduz muito a produtividade dos cacauais. Diversificou onde foi possível, com banana pacovan, banana da terra, goiaba, e cupuaçu. Embora dependentes de comercialização com atravessadores que ainda dominam os mercados tradicionais, estas culturas podem ser consumidas pela família, pois são alimentos, e tem mais opções de comercialização na própria comunidade, no PNAE e PAA, e mercados locais como feiras, e pequenos estabelecimentos comerciais.

Outra possibilidade interessante para João e sua família, é que estas novas culturas de frutíferas podem passar por procedimentos de agregação de valor, na fabricação de doces, ou polpa congelada de frutas.

João também percebeu que a diversificação poderia incluir alternativas que não exigiam ampliação de área, como o plantio de hortaliças, batata doce, aipim, e sua integração com a criação de galinha caipira. Em 2018, iniciou a comercialização de hortaliças na feira livre, vendendo em média R$ 200,00 mensais. Por isso está ampliando a produção de hortaliças.

Procurando aproveitar ao máximo a pouca terra disponível, João Batista vem instalando canteiros para produzir hortaliças que são vendidas em diversos tipos de mercados, e consumidos pela própria família.

A família calcula que esta diversificação possibilitou melhorar a renda em mais de 60%. O jovem vendia apenas para atravessadores pois praticamente só tinha cacau e cravo. Com maior número de espécies cultivadas, passou a vender no PAA. Em 2015, conseguiu realizar R$ 4.000,00 nas vendas que prosseguiram em 2016, onde o valor alcançado foi de R$ 3.000,00.

Presidente Tancredo Neves é um dos municípios onde o PAA conseguiu sobreviver, apesar dos ataques e da má vontade do Governo federal que assumiu em maio de 2016. O Sintraf, associações comunitárias e a FASE vem se articulando para dialogar com gestores municipais, pressionando pela manutenção do PAA no município.

João Batista explica que a diversificação e o aumento de alternativas de comercialização lhe permitiram ter receitas melhor distribuídas ao longo do ano, pois não depende mais das vendas na safra apenas do cacau, e do cravo. A geração de renda não monetária também é mencionada por João Batista que relata ter evitado o consumo de sucos e refrigerantes industrializados, consumindo apenas sucos feitos com as polpas produzidas na sua propriedade.

Com assessoria da FASE, João Batista tem buscado utilizar resíduos orgânicos existentes da propriedade, como casca de cacau, pseudocaule da bananeira, na elaboração de composto orgânico para fertilizar suas plantações. Através do uso de roçadeira costal, evitou o uso de herbicida, maneja a biomassa e melhora a estrutura de seu solo.

Com a renda ampliada. João e sua família conseguiram adquirir veículo utilitário que ajuda no transporte da produção e amplia acesso a diferentes mercados. Investiram na aquisição de outra propriedade, o que tem ampliado a diversificação dos cultivos. Conseguiram acessar o PRONAF, e estão construindo melhorias na residência da família. Dentro em breve vão instalar uma estufa solar para poder fazer o beneficiamento da crescente produção de cacau clonado.

Articulados pela FASE e Sintraf, representantes de associações comunitárias se reúnem com gestores municipais em Presidente Tancredo Neves, em 2017, para avaliar funcionamento do PAA e pressionar pela sua continuidade.

Josimário Marques dos Santos, é um jovem agricultor que mora na Comunidade do Riachão, em Laje, onde a FASE atua já há alguns anos. Josimário e sua família vem sendo assessorados pela FASE desde 2013.

Junto com seus familiares, Josimário tem um pomar que vem se diversificando, com a introdução e manejo sustentável de cajá, acerola, goiaba, graviola, e cupuaçu. Outra atividade importante na geração de renda de Josimário, é o cultivo de hortaliças.

Uma das práticas agroecológicas que a assessoria da FASE vem estimulando, e que está sendo adotada por Josimário, é a promoção da maior integração possível entre a horta e a criação de aves. As galinhas que vem sendo selecionadas em função de sua rusticidade e adaptação a vários componentes de sua alimentação que podem ser encontrados na propriedade, recebem regularmente restos de culturas da horta.

Para dinamizar ainda mais sua criação, Josimário estabeleceu uma área razoavelmente grande para pastoreio das aves que assim conseguem melhorar sua nutrição com sementes, insetos e plantas espontâneas.

Mesmo com a adoção de área de pastoreio para as aves, a criação de galinhas exige um semi confinamento, por causa do tamanho da propriedade familiar, e da presença de vários vizinhos e suas lavouras, bem como cães, na comunidade do Riachão. Intensifica-se o aproveitamento do esterco das aves, e se pode monitorar o manejo sanitário e nutricional das aves. Aqui uma vista parcial do aviário, em 2018.

Por sua vez, a horta ganha com a "limpeza" feita pelas galinhas, ao comerem insetos existentes nas proximidades, e com a fertilização orgânica das leiras, obtida graças ao esterco retirado diariamente da cama do galinheiro.

Este método de criação de galinhas não prejudica o cultivo da horta, porque as aves não são soltas no meio das plantações. Josimário planeja as etapas de cada atividade de plantio e da criação, e utiliza o pastoreio das galinhas antes da implantação das leiras, numa espécie de "preparo da área para o cultivo". Assim procedendo, Josimário evita de instalar as leiras sempre no mesmo lugar, e evita incidência de pragas e doenças de solo.

Observa-se então que se avança, gradativamente, para um sistema, onde se tem redução na aquisição e uso de fertilizantes industrializados na plantação; e não se faz mais controle de pragas com aplicação de agrotóxicos. Outras mudanças significativas são a diminuição de ração adquirida fora da propriedade; e a economia na mão de obra familiar.

Mesmo com a dedicação de parte do tempo de Josimário ao curso de Educação no Campo, na UFRB, em Amargosa, tem sido possível manter o acesso a alternativas de comercialização para sua produção diversificada, pois Josimário continua a entregar no PNAE, como fez nos anos 2015 a 2017. Inclusive, Josimário tem sido muito ativo no exercício de sua cidadania, participando do SINTRAF e da associação.

Os produtos mais comercializados pela família, com o PNAE de Laje, são abóbora, coco seco, farinha de mandioca, hortaliças (alface, coentro e cebolinha).

No pomar, implantado anos atrás, Josimário realizou podas, fez adubação com composto orgânico, preveniu e controlou pragas e doenças com e aplicação de caldas e pastas elaboradas com sulfato de cobre, fumo, pimenta, e nim.

Josimário é uma das pessoas que mobiliza agricultores familiares na associação do Riachão, para debaterem possibilidades e ameaças na comercialização através do PNAE. Aqui se registra reunião de representantes de diversas associações comunitárias de Laje, com representantes da Prefeitura, para dialogar sobre a Chamada Pública do PNAE em 2016.

Reforçando a Segurança Alimentar e Nutricional

Matildes de Jesus Santos. é uma agricultora da comunidade de Duas Barras do Fojo, em Mutuípe. Sua experiência desperta atenção por causa do empenho em diversificar, apesar da pouca área de terra disponível, e do aproveitamento de quase tudo na promoção da saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional da família.

Na área da agricultora tem o quintal produtivo, com espécies de múltiplo uso como cacau, banana da terra, banana da prata, graviola, cupuaçu, jaca, manga, ingá, e aroeira. As hortaliças mais cultivadas são, hortelã miúdo, hortelã grosso, alfavaca, capim santo, alface, coentro, berinjela, e pimenta.

A pimenta, por exemplo, serve tanto para alimentação, e venda, como também é um ingrediente na elaboração de repelentes de insetos. A aroeira é utilizada como planta medicinal, e também para estaca em cercas, ou suporte de plantas cultivadas, como o maracujá.

O hortelã grosso entra na alimentação, e como planta medicinal, e vem sendo plantado nas leiras de alface, tendo se demonstrado muito eficiente para espantar pulgão e cochonilha que são insetos prejudiciais às demais culturas da horta. Este é um exemplo de conhecimento construído e socializado pelas agricultoras na comunidade, e que vem sendo aplicado para resolver questões urgentes enfrentadas pelas mulheres na condução de suas hortas.

Matildes tem se mostrado satisfeita com a diversificação de suas plantações que possibilitam melhorar a alimentação familiar, reduzem a aquisição de remédios nas farmácias, evitam a necessidade de aplicar agrotóxicos, e contribuem com a elevação da geração de renda na propriedade.

Desde 2015, a assessoria da FASE vem dialogando com Matildes e sua família sobre o manejo e a conservação das espécies cultivadas nos diferentes períodos do ano. As plantas de maior preferência da agricultora são capim santo, coentrinho, hortelã miúdo, manjericão, e alfavaca que são cultivadas e mantidas em canteiros. Tem sido feitos experimentos de plantios em vasos plásticos e pneus usados, utilizando terra com composto orgânico elaborado pela própria agricultora, como substrato destes plantios relativamente protegidos. Para garantir um solo rico em nutrientes, a agricultora tem uma área de produção de compostagem usando palhada, restos de culturas, esterco bovino, e cama do aviário onde cria galinhas.

O aprendizado construído por Matildes e sua família, na condução do quintal produtivo, incorporou conhecimentos sobre os benefícios trazidos pela existência de espécies cultivadas de diferentes tamanhos, em uma mesma área. No quintal produtivo convivem árvores maiores, como jaca, íngá, aroeira; espécies de médio porte como graviola, acerola, e cacau; e várias de pequeno porte como tomate, aipim, milho. Esta distribuição vertical das plantas contribui para a redução da velocidade dos ventos, e do impacto das gotas de chuva no solo. Diminui também a incidência de radiação solar, propiciando menor perda de água na área e menor variação das temperaturas extremas no solo.

A trajetória de Matildes se alimenta de sua participação na associação comunitária, e no Grupo de Mulheres local.

O diálogo da assessoria técnica da FASE respeita e observa conhecimentos e práticas dos agricultores familiares que há décadas experimentam tratos culturais e tipos de manejo em suas plantações e criações. Matildes analisa orientações e sugestões recebidas da FASE, e busca contextualizar com a realidade de sua área, avaliando o que vem dando certo e o que deve ser melhorado.

Conclusões e encaminhamentos

A FASE Bahia optou por sintetizar suas conclusões e encaminhamentos da experiência construída de fevereiro de 2015, a junho de 2018, utilizando o quadro demonstrativo da evolução do acesso ao PNAE nos 8 municípios onde fez sua intervenção educativa.

Vários trechos desta sistematização explicam que o PNAE é uma política pública cuja reformulação legislativa teve forte influência de movimentos sociais populares; e que sua implementação pressupõe grau razoável de organização sindical, associativa e cooperativa da Agricultura Familiar. Por isso, a intervenção da FASE dedicou tempo e recursos para qualificar estas organizações.

Na medida em que se consegue ampliar a participação da Agricultura Familiar no fornecimento de produtos para a alimentação escolar, remunerados a preços justos, se está reforçando a Agricultura Familiar como alternativa de desenvolvimento. Demonstra-se que para dar certo, o PNAE requer vontade política da Agricultura Familiar enquanto sujeito de direitos, e ator político, para disputar os recursos orçamentários com outros setores da sociedade. Lutar pelo bom funcionamento do PNAE é uma das formas de qualificar a participação popular em políticas públicas.

Expõem-se informações sobre como pleitear acesso ao PNAE se articula com a diversificação da produção, e a construção de conhecimentos so-

bre práticas produtivas ambientalmente mais sustentáveis, economicamente viáveis, e socialmente justas. superando dependências centenárias em relação às monoculturas de exportação.

Ter excedentes para comercializar com o PNAE, favorece a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, das famílias envolvidas; exige reconhecer e valorizar o trabalho da mulher agricultora familiar; facilita a geração de renda monetária, e não monetária.

Fornecer produtos para o PNAE estimula a reflexão e busca por alternativas de agregação de valor aos produtos que abrem oportunidades para grupos de mulheres experimentarem coletivamente iniciativas de geração de renda que lhes permitem conquistar maior autonomia econômica.

Evolução do acesso ao PNAE nos 8 municípios onde a FASE Bahia fez sua intervenção educativa

	Nº de Projetos de Venda elaborados com assessoria da FASE				Valor total de contratos assinados em R$				Nº de Famílias assessoradas pela FASE participando do PNAE			
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
Teolândia	0	1	1	1	0	64.478,00	49.000,00		0	10	12	12
Presidente Tancredo Neves[1]	2	5	9	10	0	286.636,45	414.104,85	398.597,10	0	41	45	86
Valença	0	0	0	0	0	3.400.00	800,00		0	4	2	2
São Miguel das Matas	0	5	7	5	0	119.014,36	118.814,00	71.469,10	0	44	31	44
Laje	9	11	9	7	87.526,59	86.564,90	79.421,32	48.739,65	30	67	67	68
Mutuípe[2]	2	2	2	1	34.000.00	250.000,00	316.634,80	473.149,90	47	46	8[3]	35
Jiquiriçá*											16	35
Ubaíra*											7	7
Coopeípe / para IFBaiano – Campus de Santa Inês			1	1			30.281,00	51.250,00				
Coopeípe / PNAE Estadual, municípios do Vale do Jequiriça				1				51.000,00				12
Total	13	24	29	26	121.526,59	810.093,71	1.009.055,97	1.094.205,75	77	212	188	301

*Os agricultores(as) aqui contabilizados, de Jiquiriçá, comercializam via Coopeípe. Os de Ubaíra integram o universo de famílias envolvidas nas ações da FASE, mas realizaram a venda através de cooperativas que a FASE não assessora diretamente.

[1] Em 2015 foram elaborados 2 projetos de venda em Presidente Tancredo Neves, mas não foram assinados contratos, devido a problemas na documentação das associações.
[2] A quase totalidade das vendas da Agricultura Familiar feitas ao PNAE, nos anos de 2016 a 2018, em Mutuípe, é realizada pela Coopeípe, o que explica o número reduzido de projetos e o montante relativamente alto dos valores. Nos demais municípios, a maioria dos projetos de venda é feito por associações comunitárias.
[3] Em Mutuípe, a comercialização do PNAE desde 2016 vem sendo feita pela Coopeípe que congrega 70 famílias agricultoras, de vários municípios. Algumas dessas famílias são diretamente assessoradas pela FASE que também acompanha a cooperativa.

Pode-se afirmar que nenhuma das dezenas de atividades feitas aconteceu de forma estanque ou autônoma. Tudo era interdependente e articulado, requerendo flexibilidade e revisões periódicas, embora sem perder o rumo previamente traçado no projeto e no Quadro Lógico. Por isso, se faziam monitoramentos e avaliações, inclusive com a participação de protagonistas e representantes de entidades parceiras.

No que se refere aos encaminhamentos, a FASE Bahia pode mencionar alguns:

- Continuidade do apoio à Coopeípe, pois o cooperativismo é essencial ao fortalecimento da Agricultura Familiar na região.

- Mesmo com as dificuldades de gestão de recursos públicos, deve-se continuar estimulando e assessorando associações e a Coopeípe, para disputarem editais e seleções públicas, objetivando angariar financiamentos para viabilizar iniciativas de agroindustrialização, e de agregação de valor aos produtos da Agricultura Familiar.

- Diversificação da produção, utilização crescente de práticas agroecológicas, e construção de condições mais propícias ao alcance de maior SAN são indissociáveis, e fortalecem a Agricultura Familiar enquanto setor econômico.

- Lutas por relações de gênero mais equilibradas, e contra todas as formas de violência sofridas por mulheres, tem de prosseguir, pois é impossível fortalecer a Agricultura Familiar sem reconhecer e valorizar o trabalho e os direitos das mulheres.

- A busca por alternativas de comercialização é essencial para que se alcancem maiores possibilidades de geração de renda. Não se deve concentrar esta busca em apenas uma alternativa, mas sim, buscar aproveitar todas as oportunidades possíveis (mercados institucionais; vendas na comunidade; feiras e comércios locais; eventos regionais).

- Priorizar continuamente a qualificação das organizações associativas, sindicais e cooperativistas, representativas de Agricultura Familiar, pois sem organização e luta não será possível evitar retrocessos, manter direitos já conquistados, e pleitear sua ampliação.

Realização:

FASE
Bahia

Este projeto tem o apoio de:

União Europeia